

Solvi Participações S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos valores adicionados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Solvi Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solvi Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solvi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Solvi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	11	1.552	9.771	143.000	183.311
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	125.789	98.420	706.299	574.444
Estoques		77	132	30.860	27.021
Impostos a recuperar	14	13.043	8.321	77.223	73.063
Adiantamentos a fornecedores		5	18	9.991	6.522
Dividendos a receber	13	2.834	8.335	4.430	22.388
Total do ativo circulante		143.300	124.997	971.803	886.749
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	317.978	216.126	529.745	347.394
Aplicações financeiras		-	-	2.454	-
Impostos a recuperar	14	-	-	13.518	13.518
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	183	105	70.014	46.834
Depósitos judiciais		-	-	17.719	15.768
Total do realizável a longo prazo		318.161	216.231	633.450	423.514
Investimentos em controladas e coligadas	15	1.218.979	1.132.594	456.497	461.478
Imobilizado	16	1.792	1.495	733.616	617.610
Intangível	17	4.980	6.017	1.124.411	1.054.333
Total do ativo não circulante		1.543.912	1.356.337	2.947.974	2.556.935
TOTAL DO ATIVO		1.687.212	1.481.334	3.919.778	3.443.684

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	18	18.299	13.135	225.907	182.250
Empréstimos e financiamentos	19	69.071	19	499.349	389.706
Salários, benefícios e encargos sociais	22	4.403	4.396	125.781	100.835
Impostos, taxas e contribuições a recolher	24	890	1.007	86.792	78.408
Imposto de renda e contribuição social		-	88	9.186	8.861
Dividendos a pagar	13	16.596	13.561	46.456	15.454
Debêntures e outros títulos devidos	20	-	30.033	130.841	67.935
Adiantamentos de clientes		-	139	17.312	16.491
Total do passivo circulante		109.259	62.378	1.141.624	859.940
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	18	79.115	57.469	38.949	27.831
Empréstimos e financiamentos	19	25.006	10.791	384.144	281.554
Impostos, taxas e contribuições a recolher	24	-	-	45	221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	50.495	50.495	227.279	223.178
Provisões	23	-	-	80.382	59.249
Provisão para perdas nos investimentos	15	73.748	26.154	-	-
Debêntures e outros títulos devidos	20	-	-	602.715	675.836
Total do passivo não circulante		228.364	144.909	1.333.514	1.267.869
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		415.000	415.000	415.000	415.000
Reserva legal		18.278	17.639	18.278	17.639
Ajustes acumulados de conversão		10.240	7.319	10.240	7.319
Reserva especial de ágio		3.143	3.143	3.143	3.143
Reserva de retenção de lucros		902.928	830.946	902.928	830.946
Total do patrimônio líquido		1.349.589	1.274.047	1.349.589	1.274.047
Participação dos não controladores				95.051	41.828
Total do patrimônio líquido consolidado				1.444.640	1.315.875
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.687.212	1.481.334	3.919.778	3.443.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.886.838/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares reais, exceto lucro por ações)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS PRESTADOS	27	1.140	3.070	2.409.203	1.486.439
Impostos incidentes sobre serviços prestados	27	(162)	(437)	(316.993)	(187.195)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		978	2.633	2.092.210	1.299.244
Custo dos serviços prestados	28	-	-	(1.631.188)	(1.041.386)
LUCRO BRUTO		978	2.633	461.022	257.858
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	29	(441)	(761)	(14.207)	(22.059)
Despesas administrativas	30	(15.921)	(15.730)	(187.938)	(147.728)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	1.654	371.687	37.863	405.454
Resultado de equivalência patrimonial	15	84.845	65.074	46.893	59.971
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		71.115	422.903	343.633	553.496
Receitas financeiras	32	31.808	13.394	72.427	84.698
Despesas financeiras	32	(25.551)	(7.599)	(244.610)	(158.849)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS		6.257	5.795	(172.183)	(74.151)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		77.372	428.698	171.450	479.345
Corrente	25	(1.794)	(835)	(74.496)	(31.861)
Diferido	25	78	(3.343)	20.708	13.402
Incentivo fiscal	25	-	-	4.636	371
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		75.656	424.520	122.298	461.257
Atribuível à: Acionistas da Companhia				75.656	424.520
Participação de acionistas não controladores				46.642	36.737
				122.298	461.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.886.838/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	75.656	424.520	122.298	461.257
Ajustes acumulados de conversão	2.921	1.819	6.050	2.958
Resultado Abrangente da Companhia	<u>78.577</u>	<u>426.339</u>	<u>128.348</u>	<u>464.215</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de ágio	Reserva de retenção de lucros	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	415.000	15.740	3.143	417.346	5.500	-	856.729	4.909	861.638
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	424.520	424.520	36.737	461.257
Aquisição de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	21.773	21.773
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	1.819	-	1.819	1.139	2.958
Reserva legal	-	1.899	-	-	-	(1.899)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(9.021)	(9.021)	(22.730)	(31.751)
Retenção de lucros	-	-	-	413.600	-	(413.600)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	415.000	17.639	3.143	830.946	7.319	-	1.274.047	41.828	1.315.875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	75.656	75.656	46.642	122.299
Aquisição de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	54.245	54.245
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	2.921	-	2.921	3.129	6.050
Reserva legal	-	639	-	-	-	(639)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(3.035)	(3.035)	(50.793)	(53.828)
Retenção de lucros	-	-	-	71.982	-	(71.982)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	415.000	18.278	3.143	902.928	10.240	-	1.349.589	95.051	1.444.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ: 02.886.838/0001-50
 DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Consolidado	
		2015	2014
1 – RECEITAS		2.408.996	1.743.630
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		2.409.203	1.486.439
Outras receitas		6.762	261.337
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		(6.969)	(4.147)
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(818.749)	(442.655)
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(686.199)	(441.322)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(167.741)	(145.183)
Comerciais, administrativas e contingências		35.191	143.850
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		1.590.247	1.300.974
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		(143.710)	(56.003)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		1.446.537	1.244.971
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		119.320	144.670
Resultado de equivalência patrimonial	15	46.893	59.971
Receitas financeiras	32	72.427	84.698
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		1.565.857	1.389.641
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		1.565.857	1.389.641
8.1) Pessoal		729.719	507.432
Remuneração direta		533.626	371.075
Benefícios		168.159	116.151
F.G.T.S		27.934	20.206
8.2) Impostos, taxas e contribuições		455.893	252.835
Federais		290.040	170.188
Estaduais		15.259	11.720
Municipais		150.594	70.927
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		257.947	168.117
Juros		235.857	152.661
Aluguéis		22.090	15.456
8.4) Remuneração de capitais próprios		122.298	461.257
Participação de acionistas controladores		75.656	424.520
Participação de acionistas não controladores		46.642	36.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.886.838/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	75.656	424.520	122.298	461.257
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações:				
Depreciação e amortização	2.102	2.357	147.671	58.111
Baixa de imobilizado e intangível	37	-	8.786	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	3.294	245
Equivalência patrimonial	(84.845)	(65.074)	(46.893)	(59.971)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	89.781	53.629	24.927	13.935
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	11.250	140	232.820	43.765
Provisão para urbanização de aterros	-	-	8.717	(2.649)
Provisão para contingências	16	-	17.419	7.770
Ganho por valor justo de ativos	-	(364.253)	(62.878)	(241.090)
Imposto de Renda e contribuição social	1.716	(50)	49.152	236
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(7.713)	(9.148)	(61.271)	(1.458)
Partes relacionadas	(121.265)	(91.639)	(190.757)	(77.613)
Impostos a recuperar	(4.722)	(3.800)	14.539	(20.382)
Estoques	55	(25)	(2.496)	5.648
Outros créditos	(243)	(585)	2.975	(2.361)
Depósitos judiciais	-	-	(4.175)	6.083
Ativo financeiro	-	-	902	(15.867)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.298	(12.162)	10.393	(6.620)
Salários, provisões e encargos sociais	7	(1.182)	14.353	3.493
Impostos, taxas e contribuições	(116)	238	(87)	14.619
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	(1.882)	3.375	(81.272)	135.590
Partes relacionadas	25.462	25.887	(635)	(28.939)
Pagamento de contingências	(16)	-	(11.227)	(5.567)
Outras contas a pagar	63	154	2.535	113
Adiantamentos de clientes	(140)	-	600	(843)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(13.499)	(37.618)	199.690	287.504
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição investimentos	4.158	-	4.583	(15.124)
Aumento de capital	(39.463)	-	(3.636)	-
Aquisição controle sobre investimentos	-	-	-	107.244
Adição em investimentos por reorganização societária	-	-	-	(64.052)
Adição em investimentos por reorganização societária - minoritários	-	(7.899)	-	21.774
Variação cambial sobre empresas investidas no exterior	-	(1)	(11.726)	(1.583)
Alienação de imobilizado	-	-	20.000	-
Adição ao imobilizado	(952)	(329)	(152.909)	(97.151)
Adição ao imobilizado - mais valia de ativos	-	-	-	(20.457)
Transferência de imobilizado e intangível	-	5	(548)	22.237
Adições ao intangível	(448)	(1.422)	(19.747)	(426.060)
Adição ao intangível - mais valia de ativos	-	-	-	(235.250)
Reorganização societária - imobilizado e intangível	-	-	-	(62.163)
Outras aplicações	-	-	(2.454)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(36.705)	(9.646)	(166.437)	(770.585)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de financiamentos	87.358	10.791	757.622	517.697
Pagamento de financiamentos	(35.708)	-	(637.361)	(384.143)
Juros pagos	(9.665)	(121)	(190.411)	(43.249)
Captação de debêntures / nota promissória	-	30.033	50.000	22.052
Pagamento de debêntures	-	-	(32.220)	-
Pagamento de dividendos	-	(424)	(34.792)	(5.923)
Caixa líquido (gerado pelas) aplicado nas atividades de financiamentos	41.985	40.279	(87.162)	106.434
REDUÇÃO LIQUIDO DO SALDO DE DISPONIBILIDADES				
	(8.219)	(6.985)	(53.909)	(376.647)
Disponibilidades no início do exercício	9.771	16.756	183.311	559.958
Caixa gerado por aquisição de controle	-	-	13.598	-
Disponibilidades no fim do exercício	1.552	9.771	143.000	183.311
	(8.219)	(6.985)	(53.909)	(376.647)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Solvi Participações S.A. (“Companhia”), entidade controladora do Grupo Solvi, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Bela Cintra, nº967, município de São Paulo - SP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo Solvi’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’). A Companhia e suas subsidiárias formam um Grupo empresarial composto por 64 empresas que atendem mais de 130 municípios de 15 Estados, além de importantes municípios localizados nos seguintes países: Argentina, Bolívia e Peru - basicamente quatro frentes de negócios:

- **Resíduos:** limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados. Também faz operações de aterros com classificação I, II e III, reciclagem, incineração, co-processamento, remediação de áreas contaminadas e manufatura reversa;
- **Saneamento:** captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta, tratamento, disposição final de esgoto e gestão comercial;
- **Valorização energética:** geração de energia a partir de fontes renováveis, como biogás, resíduos agroindustriais, dejetos, biomassa entre outros. Geração de créditos de carbono por meio de geração de energia renovável e queima controlada do gás metano de aterros;
- **Agronegócio:** produção de fertilizantes a partir do processo de compostagem de resíduos industriais.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia optou por apresentar essas informações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de Março de 2016.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas 5 e 6, respectivamente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº15 - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº12 - contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº15 - classificação de negócios em conjunto;
- Nota explicativa nº19 - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº23 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa nº25 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº16 e 17 - análise de redução ao valor recuperável;
- Nota explicativa nº16 e 17- vida útil do ativo imobilizado e intangível.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados estão disponíveis em mercados com liquidez elevada para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Mercados com liquidez elevada são aqueles nos quais transações para o ativo ou passivo em questão ocorrem com uma frequência suficiente e em volumes que permitam obter informações sobre preços a qualquer momento. O Nível 1 consiste principalmente em instrumentos financeiros tais como: derivativos, ações e outros ativos negociados em bolsas de valores.
- **Nível 2** - preços utilizados são diferentes dos preços cotados em mercados com liquidez elevada incluídos no Nível 1, porém que sejam direta ou indiretamente observáveis na data do reporte. Nível 2 inclui instrumentos financeiros valorizados utilizando algum tipo de modelagem ou de outra metodologia de valorização. Estes são modelos padronizados de mercado que são amplamente utilizados por outros participantes, que consideram diversas premissas, inclusive preços futuros de commodities, valores no tempo, fatores de volatilidade e preços atuais de mercado e contratuais para os instrumentos subjacentes, bem como quaisquer outras medições econômicas relevantes. Praticamente todas estas premissas podem ser observadas no mercado ao longo do prazo do instrumento em questão, derivados a partir de dados observáveis ou substanciadas por níveis que possam ser observados onde são executadas transações no mercado. Instrumentos que se enquadram nesta categoria incluem derivativos não negociados em bolsas, tais como contratos de swap ou futuros e opções de balcão.
- **Nível 3** - as fontes de informação sobre preços utilizados incluem fontes que geralmente são menos observáveis, mas que possam partir de fontes objetivas. Estas fontes podem ser usadas junto com metodologias desenvolvidas internamente pela Companhia e suas controladas, que resultem na melhor estimativa da Administração de valor justo. Na data de cada balanço, a Companhia e suas controladas efetuam uma análise de todos os instrumentos e inclui dentro da classificação de Nível 3 todos aqueles cujo valores justos estão baseados em informações geralmente não observáveis.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Companhia e suas controladas analisam as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e em suas divulgações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

As normas descritas anteriormente foram emitidas, mas ainda não haviam entrado em vigor até 31 de dezembro de 2015. A Companhia e suas controladas pretendem adotar tais normas quando entrarem em vigor.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes.

- a. Base de consolidação
- b. Receita operacional
- c. Receitas financeiras e despesas financeiras
- d. Transações em moedas estrangeiras
- e. Benefícios a empregados
- f. Imposto de renda e contribuição social
- g. Estoques
- h. Imobilizado
- i. Ativos intangíveis e ágio
- j. Instrumentos financeiros
- k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- l. Provisões
- m. Distribuição de dividendos
- n. Arrendamentos
- o. Subvenções governamentais
- p. Demonstrações de valor adicionado

a. Base de consolidação

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Durante o exercício de 2015 novas combinações de negócios foram realizadas, as quais o Grupo adquiriu o controle, conforme divulgado na nota explicativa nº15.3.

Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual o Grupo possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é apresentada a seguir:

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros Investimentos	Total
Ativo Circulante	222.683	237	15.559	42.427	18.978	34.937	72.203	27.548	434.572
Caixa e equivalentes de caixa	15.364	1	6.207	1.510	651	33.899	100	6.719	64.451
Contas a receber de clientes	194.614	236	7.971	38.486	16.625	-	70.346	14.361	342.639
Outros créditos	12.705	-	1.381	2.431	1.702	1.038	1.757	6.468	27.482
Ativo não circulante	633.830	523.222	60.139	36.407	31.567	16.578	18.529	129.527	1.449.799
Outros ativos não correntes	112.072	239	715	2.347	2.092	-	240	7.357	125.062
Investimento em controladas e coligadas	-	522.983	1.023	18.971	-	-	-	15.414	558.391
Imobilizado	2.293	-	54.830	15.028	29.453	9.636	16.478	104.012	231.730
Intangível	519.465	-	3.571	61	22	6.942	1.811	2.744	534.616
ATIVO TOTAL	856.513	523.459	75.698	78.834	50.545	51.515	90.732	157.075	1.884.371
Passivo Circulante	156.640	109	12.817	22.107	25.789	740	79.993	80.849	379.044
Fornecedores	28.760	105	1.625	4.789	11.801	2	2.276	12.912	62.270
Empréstimos e financiamentos	21.848	-	6.401	7.591	10.275	-	63.626	48.649	158.390
Salários, benefícios e encargos sociais	7.888	-	950	3.201	378	134	8.465	2.141	23.157
Impostos, taxas e contribuições a recolher	79.606	-	544	5.996	1.866	41	1.578	1.923	91.554
Debêntures	16.473	-	-	-	-	-	-	-	16.473
Outros passivos circulantes	2.065	4	3.297	530	1.469	563	4.048	15.224	27.200
Passivos não circulantes	176.890	1	37.779	25.821	20.208	-	730	76.406	337.835
Empréstimos e financiamentos	129.289	-	30.062	5.450	4.165	-	730	32.582	202.278
Debêntures	30.775	-	-	-	-	-	-	-	30.775
Partes relacionadas	2.168	1	6.234	18.001	11.476	-	-	32.329	70.209
Outros passivos não circulantes	14.658	-	1.483	2.370	4.567	-	-	11.495	34.573
Patrimônio líquido	522.984	523.350	25.102	30.906	4.548	50.775	10.009	(178)	1.167.496
Capital Social	612.044	455.326	6.083	15.000	4.548	48.824	1.705	28.732	1.172.262
Reservas, prejuízos acumulados e outros	(89.060)	68.024	19.019	15.906	-	1.951	8.304	(28.910)	(4.766)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	856.514	523.460	75.698	78.834	50.545	51.515	90.732	157.077	1.884.375
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	100	49,75	66,67	51	51	27,5	60		

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014							
Em milhares de R\$	SBC	EMG	Viasolo	Manaus	CRVR	Outros Investimentos	Total
Ativo Circulante	39.570	10.653	57.294	168.862	30.026	144.406	450.810
Caixa e equivalentes de caixa	64	1.993	3.493	4.706	4.925	55.472	70.653
Contas a receber de clientes	32.313	5.826	48.843	156.053	20.108	73.911	337.055
Outros créditos	7.192	2.834	4.958	8.102	4.992	15.023	43.102
Ativo não circulante	24.764	56.447	13.455	616.495	47.600	159.429	918.192
Outros ativos não correntes	7.243	540	2.522	76.633	6.731	23.729	117.397
Imobilizado	15.086	52.338	10.854	3.061	40.829	130.765	252.932
Intangível	2.436	3.569	79	536.802	41	4.936	547.863
ATIVO TOTAL	64.334	67.100	70.749	785.357	77.626	303.835	1.369.002
Passivo Circulante	42.607	12.416	39.105	142.839	11.715	161.573	410.255
Fornecedores	11.542	1.502	2.551	25.175	5.377	14.921	61.068
Empréstimos e financiamentos	13.682	5.356	24.143	43.392	-	112.055	198.627
Salários, benefícios e encargos sociais	5.501	1.100	4.648	7.476	2.216	9.436	30.376
Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.715	552	7.336	51.260	2.962	6.165	74.989
Debêntures	-	-	-	4.815	-	-	4.815
Outros passivos circulantes	5.167	3.907	428	10.722	1.161	18.995	40.379
Passivos não circulantes	5.940	30.409	4.140	150.700	15.100	57.858	264.148
Empréstimos e financiamentos	1.952	22.744	1.009	76.277	-	28.056	130.037
Debêntures	-	-	-	46.155	-	-	46.155
Partes relacionadas	-	6.663	793	17.001	7.755	16.958	49.170
Outros passivos não circulantes	3.988	1.002	2.338	11.268	7.345	12.844	38.785
Patrimônio líquido	15.787	24.275	27.504	491.818	50.811	84.404	694.599
Capital Social	14.294	6.083	15.000	612.044	23.540	76.649	747.609
Reservas, prejuízos acumulados e outros	1.493	18.191	12.504	(120.226)	27.271	7.756	(53.011)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.334	67.100	70.749	785.357	77.626	303.835	1.369.002
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	75	62	51	50	70		

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

O resultado apurado no exercício de 2015 e de 2014 por estes investimentos é demonstrado abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015									
Em milhares de R\$	Manaus	CSN	Essencis MG	Viasolo	BOB	EMTR	Limpar	Outros investimentos	Total
Receita operacional líquida	364.016	-	39.450	48.530	22.726	4.981	73.219	61.242	614.164
Custo	(203.907)	-	(25.431)	(40.387)	(13.365)	(7.423)	(59.961)	(46.687)	(397.161)
Lucro Bruto	160.109	-	14.019	8.143	9.361	(2.442)	13.258	14.555	217.003
Despesas administrativas e comerciais	(101.106)	(4)	(580)	(1.257)	(2.496)	(18)	(1.572)	(6.249)	(113.282)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(10.152)	31.166	(706)	(194)	(15)	-	-	(6.091)	14.008
Lucro operacional antes dos impostos e resultado	48.851	31.162	12.733	6.692	6.850	(2.460)	11.686	2.215	117.729
Receitas Financeiras	14.572	-	3.807	719	738	4.376	17	2.054	26.283
Despesas Financeiras	(29.568)	(1)	(12.402)	(2.524)	(5.681)	(202)	(5.329)	(16.773)	(72.480)
Resultado Financeiro	(14.996)	(1)	(8.595)	(1.805)	(4.943)	4.174	(5.312)	(14.719)	(46.197)
Lucro antes dos impostos	33.855	31.161	4.138	4.887	1.907	1.714	6.374	(12.504)	71.532
Imposto de renda e contribuição social	(2.689)	-	(1.380)	(1.485)	(632)	(559)	(2.285)	(4.124)	(13.154)
Resultado do exercício	31.166	31.161	2.758	3.402	1.275	1.155	4.089	(16.628)	58.378
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes	31.166	31.161	2.758	3.402	1.275	1.155	4.089	(16.628)	58.378

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014							
Em milhares de R\$	SBC	EMG	Viasolo	Manaus	CRVR	Outros investimentos	Total
Receita operacional líquida	136.141	36.574	70.603	351.753	80.238	138.338	813.647
Custo	(104.253)	(26.868)	(62.810)	(211.230)	(43.000)	(103.515)	(551.676)
Lucro Bruto	31.888	9.706	7.793	140.523	37.239	34.823	261.971
Despesas administrativas e comerciais	(7.977)	(945)	(2.249)	(92.794)	(3.848)	(6.519)	(114.331)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(932)	(86)	(2.370)	(11.097)	(3.213)	(1.213)	(18.910)
Lucro operacional antes dos impostos e resultado	22.979	8.676	3.174	36.632	30.178	27.090	128.729
Receitas Financeiras	509	1.990	561	10.446	2.917	9.211	25.634
Despesas Financeiras	(1.739)	(6.620)	(2.301)	(25.873)	(1.381)	(19.281)	(57.195)
Resultado Financeiro	(1.229)	(4.630)	(1.740)	(15.426)	1.535	(10.070)	(31.560)
Lucro antes dos impostos	21.750	4.045	1.434	21.206	31.713	17.021	97.169
Imposto de renda e contribuição social	(7.320)	(1.361)	(933)	9.402	(11.003)	(8.189)	(19.405)
Resultado do exercício	14.430	2.684	501	30.608	20.710	8.831	77.764
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes	14.430	2.684	501	30.608	20.710	8.831	77.764

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do contratante.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

Receita de serviços prestados - Saneamento

O Grupo presta serviços públicos e de administração de infraestrutura referente ao fornecimento de água e nos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários na condição de concessionária.

O fornecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários não faturados até as datas dos balanços são mensurados e registrados contabilmente, a fim de possibilitar a contraposição dos custos e das receitas no respectivo exercício.

As receitas provenientes dos serviços de abastecimento de água são reconhecidas com base no volume entregue aos clientes, registrados em medidores.

Receita de serviços prestados - Valorização energética

As receitas com a venda de energia elétrica renovável é produzida dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários, agregando valor aos serviços de destinação final de resíduos públicos, prestados por empresas do Grupo.

Receita de serviços prestados - Agronegócio

Receitas provenientes da venda de fertilizantes orgânicos produzidos a partir do processo de compostagem de resíduos industriais, cujas receitas são reconhecidas no momento em que os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

Contrato de construção

A receita de construção do Grupo está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa nº 35. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção da conclusão do estágio de andamento do bem reversível. O planejamento de execução de obras de bens reversíveis são definidas em contrato de concessão.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes a valor presente das contas a receber, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Participação nos lucros

O Grupo reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- ***Imposto corrente***

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

- ***Imposto diferido***

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

- ***Incentivo fiscal***

O incentivo fiscal têm como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

As controladas Termoverde Salvador S.A. e Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda e a controlada em conjunto Manaus Ambiental S.A. possuem incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

g. Estoques

Compostos por materiais em almoxarifado, demonstrados ao custo de aquisição, não excedendo o valor de reposição. Com relação ao negócio saneamento, os itens destinados ao tratamento de águas estão classificados no ativo circulante e os materiais destinados às obras para captação, tratamento e distribuição de água e esgoto estão classificados no ativo intangível.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos Intangíveis e Ágio

(i) *Ágio*

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Outros ativos intangíveis*

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) *Bens reversíveis*

São os bens diretamente vinculados ao contrato de concessão reversíveis ao poder concedente no encerramento do Contrato de Concessão, se previsto em contrato.

Alguns contratos preveem que o Grupo terá direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados durante a concessão, com relação aos bens reversíveis ainda não totalmente amortizados, desde que realizados para garantir a continuidade dos serviços abrangidos pelo contrato.

Um ativo intangível dos bens reversíveis foi reconhecido em 1º de janeiro de 2010, em conformidade com a adoção da Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC1. Como ocorre em contratos semelhantes aos do Grupo, quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão, conforme segue:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao Concessionário.
- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (Concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço.
- O Concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente.
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo Concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência.
- O Concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por valor residual ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pelo Grupo sujeito ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1, quando:

- a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão;

O Concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- a) Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei;
- b) Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

(iv) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº17.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ágio não é amortizado.

j. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalente de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral conforme informado na Nota Explicativa nº 26.

n. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação do Grupo.

(ii) Ativos arrendados

Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

o. Subvenções governamentais

Manaus Ambiental S.A.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2021, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Manaus Ambiental S.A. em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDAM.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2023, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Termoverde Salvador S/A

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Termoverde Salvador S/A em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDENE.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

p. Demonstração do valor adicionado

O Grupo elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante das suas demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias Abertas.

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é o montante estimado pelo qual o ativo imobilizado poderia ser negociado na data de aquisição entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

(ii) Ativos intangíveis

O valor justo dos relacionamentos com clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado por meio do método de lucros excedentes de multiperíodos, por meio do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte da geração dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que resultem do uso e eventual venda dos ativos.

(iii) Estoques

O valor justo de estoques adquiridos em uma combinação de negócios é apurado baseando-se no preço de venda estimado no curso normal de atividades do negócio, menos os custos estimados de conclusão e despesas de venda, e em uma razoável margem de lucro baseada no esforço exigido para concluir e vender os estoques.

(iv) Contas a receber de clientes e outros créditos

Os valores justos de contas a receber e outros créditos, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras.

(v) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

9 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo.

As atividades do Grupo o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho do Grupo tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à Diretoria Financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

- **Risco de mercado**

Risco de câmbio

As operações efetuadas pelo Grupo no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Grupo em investimentos e resultado de equivalência patrimonial.

Abaixo apresentamos os principais valores, já convertidos em reais, que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: dólar americano (USD), sol peruano (SOL), boliviano (BOL) e peso argentino (ARS).

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Vega			Cia		Revita
	Sucursal	Sucursal	Sucursal	Cia de	Vega	Tisfard
	Peru	Bolívia	Argentina	Inversiones	Peru	Uruguai
Ativo	1.355	61.886	6.302	76.590	117.872	356
Ativo circulante	1.208	26.715	129	1.039	17.336	356
Ativo não circulante	-	6.592	167	15.088	72.863	-
Ativo permanente	147	28.579	6.006	60.463	27.673	-
Passivo	1.355	61.886	6.302	76.590	117.872	356
Passivo circulante	471	79.363	1.662	323	55.358	81
Passivo não circulante	28.851	3.088	-	2.555	6.713	1.952
Patrimônio líquido	(27.967)	(20.565)	4.640	73.712	55.801	(1.677)
Moeda local	SOL	BOL	ARS	USD	SOL	USD

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

R\$	2015	2014
USD	3,90	2,66
Sol Peruano	0,87	1,13
Boliviano	1,78	2,62
Peso Argentino	3,30	3,22

Análise de sensibilidade

Uma valorização (ou desvalorização) do real, dólar americano, sol peruano e boliviano contra qualquer outra moeda em 31 de dezembro, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e aumentado (reduzido) o patrimônio apresentado através dos cenários II e III que foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável de acordo com os montantes demonstrados abaixo.

		Consolidado					
		Cenários					
Exposição Patrimonial	Exposição (patrimônio líquido) R\$	Cotação em real do câmbio em 31/12/2015					
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
USD	72.035	3,90	72.035	90.044	108.053	54.026	36.018
BOL	(20.565)	1,78	(20.565)	(25.706)	(30.848)	(15.424)	(10.283)
ARS	4.640	3,30	4.640	5.800	6.960	3.480	2.320
SOL	(27.834)	0,87	(27.834)	(34.793)	(41.751)	(20.876)	(13.917)
Efeito				<u>7.069</u>	<u>14.138</u>	<u>(7.069)</u>	<u>(14.138)</u>

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que o Grupo considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Consolidado							
Exposição Patrimonial	Exposição R\$	Taxa de juros - média	Cenários				
		Efetiva em 31/12/2015	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	863.191	13,00%	883.493	937.633	993.210	826.478	770.900
Debêntures	725.836	15,13%	733.556	735.486	737.416	731.626	729.696
		Efeito		<u>56.070</u>	<u>113.577</u>	<u>(58.945)</u>	<u>(116.453)</u>

Este risco surge da possibilidade que a Companhia e suas controladas podem sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas monitoram os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco do Grupo deixar de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém, nesses casos, não há um histórico efetivo de perda de crédito.

- **Risco de créditos**

Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota Explicativa	Consolidado	
		2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	11	143.000	183.311
Aplicações Financeiras		2.454	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	1.236.044	921.838
		<u>1.381.498</u>	<u>1.105.149</u>

Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

- **Risco de liquidez**

A liquidez do Grupo depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2015					Consolidado	
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos(a)	564.406	129.670	224.897	119.753	1.038.726	883.493
Fornecedores e outras contas a pagar	225.907	38.949	-	-	264.856	264.856
Debêntures(a)	219.320	220.046	508.375	101.476	1.049.217	733.556
	<u>1.009.633</u>	<u>388.665</u>	<u>733.272</u>	<u>221.229</u>	<u>2.352.799</u>	<u>1.881.905</u>

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

- **Gerenciamento de capital**

Os objetivos do Grupo durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

O Grupo adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
Total do passivo circulante e não circulante	2.475.138	2.127.809
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(143.000)	(183.311)
Dívida líquida	2.332.138	1.944.498
Patrimônio líquido	1.444.640	1.315.875
Índice de alavancagem	1,61	1,48

- **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

Categoria	Consolidado			
	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	143.000	143.000	183.311	183.311
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.236.044	1.236.044	921.838	921.838
Total	1.379.044	1.379.044	1.105.149	1.105.149
Passivos financeiros:				
Fornecedores e outras contas a pagar	264.856	264.856	210.081	210.081
Empréstimos e financiamentos	883.493	883.493	671.260	671.260
Debêntures	733.556	692.029	743.771	136.485
Total	1.881.905	1.840.378	1.625.112	1.017.826

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia e suas controladas entendem que seus valores justos correspondem aos valores contábeis.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) o instrumento de proteção cambial, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº9) que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, as contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

10 Aspectos ambientais

As operações do Grupo estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

O Grupo realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

O Grupo não vê a necessidade de constituir provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, por conta dos fatores acima mencionados.

11 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	10	17	658	590
Bancos	40	168	14.879	15.262
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.502	9.586	127.463	167.459
Total	1.552	9.771	143.000	183.311

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileiro.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 89,5% (95,4% em 2014), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. O valor de aplicações financeiras a longo prazo se totalizam em R\$2.454 no consolidado.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº9.

12 Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes e outros créditos consolidadas são compostas como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Cientes Públicos:					
Valores faturados		-	-	290.075	180.861
Medições a faturar		-	-	149.079	165.777
Total Público		-	-	439.154	346.638
Cientes Privados:					
Valores faturados		160.745	153.032	227.246	207.291
Medições a faturar		-	-	49.056	48.780
Crédito de Carbono		-	-	4.876	-
Total Privados		160.745	153.032	281.178	256.071
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(23.731)	(19.378)
Total de contas a receber de clientes		160.745	153.032	696.601	583.331
Partes relacionadas	21	280.839	159.574	443.889	250.143
Contas a receber de contratos de concessão	35	-	-	51.616	42.195
Outros créditos		2.183	1.940	43.938	46.169
Total		443.767	314.546	1.236.044	921.838
Circulante		125.789	98.420	706.299	574.444
Não Circulante		317.978	216.126	529.745	347.394

A exposição ao risco de crédito do Grupo está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

O Aging List do contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Valores a vencer	323.743	221.405	760.773	670.705
Vencidos:				
Até 30 dias	196	543	105.479	96.565
Entre 31 e 60 dias	-	-	22.375	10.321
Entre 61 e 90 dias	1	-	10.521	11.509
Entre 91 e 180 dias	288	4	17.222	20.553
Entre 181 e 360 dias	22.101	319	80.721	24.085
Acima de 360 dias	97.438	92.275	262.684	107.478
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(23.731)	(19.379)
Total	443.767	314.546	1.236.044	921.838

Os saldos vencidos a mais de 180 e 360 dias, a maior parte refere-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada exclusivamente para clientes privados. A Companhia não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações do negócios.

A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber consolidado possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$17.913 (R\$6.222 em 2014) da Prefeitura do Município de São Paulo/SP, R\$7.349 (R\$4.476 em 2014) da Prefeitura do Município de Montes Claros e R\$15.990 (R\$10.646 em 2014) da Prefeitura de Salvador. Para esses casos, a Companhia e suas controladas mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Em outubro de 2014 houve confissão de dívida da Prefeitura Municipal de São Leopoldo no montante de R\$23.663, que foram renegociados a serem recebidos em 119 meses. Desde abril de 2015 a Prefeitura parou de efetuar os pagamentos. Este assunto está sendo tratado judicialmente, atualmente o valor está em R\$27.114.

Em 2015 os títulos em atraso junto a Prefeitura Municipal de São Bernardo, no montante de R\$18.001, foram renegociados e os recebimentos foram parcelados e estão sendo honrados pela Prefeitura.

Em 2015 foi encerrado junto à Prefeitura Municipal de Canoas o contrato de varrição, sendo o contas a receber celebrado o contrato de confissão de dívida. Atualmente o Grupo está apenas administrando o aterro sanitário da prefeitura.

13 Dividendos

Os estatutos sociais da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar e a receber foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar e a receber são compostos como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a receber		Saldo a pagar		Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Controladora:								
<i>Solvi Environment</i>	-	-	16.596	13.561	-	-	16.596	13.561
Controladas:								
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-	2.505	485
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	-	-	-	-	-	1	-	-
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	-	8.335	-	-	-	-	-	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	681	-	-	-	-	-	-	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	5.568	-
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	1.284	790
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	-	-	-	-	-	-	925	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	2.153	-	-	-	-	144	-	-
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	15.363	-
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	-	618
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	5	-
Controladoras em conjunto:								
<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e</i>								
<i>Limpeza Urbana Ltda.</i>	-	-	-	-	860	252	-	-
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	865	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta</i>								
<i>e Conservação Ltda.</i>	-	-	-	-	696	46	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	-	-	-	-	600	553	-	-
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	-	-	-	-	3	3	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	2.182	2.513	-	-
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	89	95	-	-
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	-	-	-	-	-	14.707	-	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	-	3.209	-	-
<i>Innova Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	4.210	-
Total	2.834	8.335	16.596	13.561	4.430	22.388	46.456	15.454

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquido já remanescentes dos dividendos propostos e pagos no ano.

14 Imposto a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar consolidados, são compostos como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
IRPJ	36.869	31.103
CSLL	5.075	5.309
COFINS	21.411	22.610
PIS	4.182	4.476
INSS	7.560	7.061
ISS	399	1.271
Outros créditos tributários	1.727	1.233
Circulante	77.223	73.063
IRPJ	13.518	13.518
Não Circulante	13.518	13.518

15 Investimentos

15.1 Investimento em controladas

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas no encerramento dos exercícios:

Nome da controlada	Atividade principal	Local principal de operação	Participação %	
			2015	2014
Controladas:				
<i>Abrantes Ambiental Ltda. (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Camaçari	57%	57%
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Benf. de Resíduos Ltda (b)</i>	Tratamento e destinação de resíduos de construção civil	Salvador	100%	100%
<i>Battre - Bahia Transferência e Trat. de Resíduos Ltda. (b)</i>	Resíduos públicos (operação de aterro sanitário)	Salvador	100%	100%
<i>Biogás Riograndense Ltda. (o)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	Minas do Leão	100%	100%
<i>Companhia de Projetos Ambientais</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	100%	100%
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	Participação em cias. que operam resíduos públicos	Uruguai	100%	100%
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (b)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Minas do Leão	70%	70%
<i>Essencis Ecossistemas Ltda. (d)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	100%	100%
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	São Paulo	100%	100%
<i>Farrroupilha - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A. (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Farrroupilha	100%	100%
<i>GRI - Gerenciamento de resíduos Industriais S.A.</i>	Resíduos privados (gerenciamento e assessoria)	São Paulo	100%	100%
<i>Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (b)</i>	Resíduos privados (tratamento e disposição)	Marituba	100%	100%
<i>INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A. (b)</i>	Resíduos públicos (conservação e limpeza pública)	São Paulo	51%	51%
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	Resíduos privados (coleta e transporte)	RJ/SP	100%	100%
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. (f)</i>	Resíduos públicos (coleta e destinação)	São Paulo	62,35%	62,35%
<i>Piauí Ambiental S.A. (b)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Piauí	100%	100%
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda. (d)</i>	Resíduos (testes e análises técnicas ambientais)	São Paulo	100%	100%
<i>Innova Ambiental S.A. (c)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	Peru	70%	70%
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Paulo	100%	100%
<i>Rio Grande Ambiental Serv de Limp Urb e Trat de Resíduos (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Rio Grande	100%	100%
<i>RLI Revitalização de Lâmpadas Ltda. (h)</i>	Recuperação de lâmpadas e reatores	Americana	100%	100%
<i>São Carlos Ambiental S.A. (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Carlos	100%	100%
<i>São Gabriel Saneamento S.A. (e)</i>	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	São Gabriel	98%	98%
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A. (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São B. Campo	75%	75%
<i>SL Ambiental - Serv de Limp Urbana e Trat de Resíduos S.A. (b)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	São Leopoldo	100%	100%
<i>Solvi Participação em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	Participação em empresas de Saneamento	São Paulo	100%	100%
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	100%	100%
<i>Termoverde Caieiras S.A. (a)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	São Paulo	100%	100%
<i>Termoverde Salvador S.A. (a)</i>	Termoelétricas e Biogás (Geração e comercialização)	Salvador	100%	100%
<i>Tisfard Investment S.A. (b)</i>	Industrialização e comercialização de bens	Uruguai	100%	100%
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	100%	100%
<i>Vega Peru S.A. (c)</i>	Construção	Peru	100%	100%
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR (m)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana e coleta)	São Paulo	100%	100%

- (a) Controlada Indireta por meio da controlada Solvi Valorização Energética Ltda.
- (b) Controlada Indireta por meio da controlada Revita Engenharia S.A.
- (c) Controlada Indireta por meio da controlada Compañia de Inversiones Ambientales S.A.
- (d) Controlada Indireta por meio da controlada Essencis Soluções Ambientais S.A.
- (e) Controlada Indireta por meio da controlada Vega Engenharia Ambiental S.A.
- (f) Controlada Indireta por meio da controlada Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR.

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

- (g) Controlada Indireta por meio da controlada conjunto Companhia de Saneamento do Norte S.A. - CSN.
- (h) Controlada Indireta por meio da controlada GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais Ltda.
- (i) Controlada Indireta por meio da controlada Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.
- (j) Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.
- (k) Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Essencis MG Soluções Ambientais S.A.
- (l) Controlada Indireta da Solvi por meio da controlada Solvi Valorização Energética Ltda. e Revita Engenharia S.A.
- (m) Controlada Indireta da Solvi por meio da controlada Vega Engenharia Ambiental S.A. e Revita Engenharia S.A.
- (n) Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Viasolo Engenharia de Resíduos Ltda.
- (o) Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Riograndense Participações S.A.

Composição dos investimentos diretos e equivalência das controladas

A movimentação dos investimentos em controladas diretas, apresentado nas Demonstrações Financeiras individuais, é como segue:

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2015	31/12/2014
Vega Engenharia Ambiental S.A.	50.794	100%	35.510	44.227	44.227	35.510	6.013
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	62.898	100%	73.712	7.570	7.570	73.712	51.377
Koleta Ambiental S.A.	30.731	65%	25.745	(3.479)	(2.687)	19.500	24.775
Solvi Valorização Energética Ltda.	13.706	100%	7.143	(1.775)	(1.775)	7.143	8.917
Revita Engenharia S.A.	137.715	100%	310.936	96.133	96.133	310.936	255.888
Essencis Soluções Ambientais S.A.	112.571	50%	451.711	(2.762)	(1.380)	225.856	262.693
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	1.576	100%	16.265	2.850	2.850	16.265	15.008
Companhia de Projetos Ambientais S.A.	25.471	100%	(73.748)	(81.363)	(81.363)	(73.748)	(17.776)
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.	1	100%	(25)	(3)	(6)	-	(16)
Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	323.262	100%	330.696	13.529	13.529	330.696	307.167
					77.097	945.870	914.046
Ágio por expectativa de rentabilidade futura							
Essencis Soluções Ambientais S.A.						199.361	199.361
						199.361	199.361

Movimentações dos investimentos diretos das controladas

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Alienação de investimento	Equivalência Patrimonial	Dividendos/JCP	Varição Cambial	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2015
Vega Engenharia Ambiental S.A.	6.013	-	44.227	-	(14.730)	-	35.510
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	51.377	-	7.570	(3.345)	18.110	-	73.712
Koleta Ambiental S.A.	24.775	-	(2.687)	(3.260)	-	672	19.500
Solvi Valorização Energética Ltda.	8.917	-	(1.775)	-	-	-	7.143
Revita Engenharia S.A.	255.888	-	96.133	(40.625)	(460)	-	310.936
Essencis Soluções Ambientais S.A.	262.693	-	(1.380)	(35.456)	-	-	225.857
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	15.008	-	2.850	(1.593)	-	-	16.265
Companhia de Projetos Ambientais S.A.	(17.776)	-	(81.363)	-	-	25.391	(73.748)
Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.	(16)	(22)	(6)	-	-	-	-
Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	307.167	-	13.529	-	-	10.000	330.696
	914.046	(22)	77.097	(84.279)	2.920	36.063	945.870
Ágio por expectativa de rentabilidade futura							
Essencis Soluções Ambientais S.A.							
	199.361	-	-	-	-	-	199.361
	199.361	-	-	-	-	-	199.361

15.2 Investimento em controladas em conjunto

A seguir, são apresentados os detalhes das empresas controladas em conjunto no encerramento dos exercícios:

Nome da controlada em conjunto	Atividade principal	Local principal de operação	Participação %	
			2015	2014
Empresas controladas em conjunto (joint ventures):				
<i>Alfenas Ambiental Trat de Res e Limp Urbana Ltda. (b)</i>	Resíduos públicos (coleta)	Alfenas	51%	51%
<i>Biotérmica Energia Ltda. (l)</i>	Geração e comercialização de energia elétrica	Porto Alegre	69,70%	69,70%
<i>Boechat do Bairro Trat.de Res., Coleta e Conserv. Ltda. (b)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Belford Roxo	51%	51%
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A. (d)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Joinville	54%	54%
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A. (i)</i>	Participação em outras empresas	Manaus	49,75%	49,75%
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. (d)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Capela Santana	65%	65%
<i>Ecovia Valorização de Resíduos (n)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Conselheiro Lafaite	51%	51%
<i>Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (b)</i>	Resíduos públicos (serviços de transbordo e tratamento de resíduos)	Belo Horizonte	27,5%	27,5%
<i>Essencis & HPM Tecnologia em Recuperação de Metais Ltda. (k)</i>	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	Belo Horizonte	17%	17%
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (d)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Betim	66,67%	66,67%
<i>Hera Ambiental S.A. (b)</i>	Resíduos privados (operação de aterro sanitário)	Salvador	50%	50%
<i>Manaus Ambiental S.A. (g)</i>	Saneamento (captação, tratamento e distr.de água)	Manaus	50%	50%
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP. (j)</i>	Fabricação de adubos e fertilizantes	Aracruz	43%	43%
<i>Organoeste Biotecnologia & Participação Ltda. (j)</i>	Holdings de instituições não-financeiras	Curitiba	57%	57%
<i>Organoeste Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda. (j)</i>	Fabricação de adubos e fertilizantes	Dourados	57%	57%
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.</i>	Produção e comercialização de fertilizantes	São Paulo	57%	57%
<i>Riograndense Participações S.A. (f)</i>	Participação em outras empresas	Porto Alegre	70%	70%
<i>S.M. Watanabe & Cia Ltda. - ME (j)</i>	Fabricação de produtos químicos orgânicos	Pirapozinho	57%	57%
<i>S.M. Watanabe & Filhos Ltda. - ME (j)</i>	Serviços de agronomia e de consultorias agrícolas e pecuárias	Pirapozinho	57%	57%
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (f)</i>	Resíduos públicos (limpeza urbana, coleta e destinação)	Minas Gerais	51%	51%

- (a) *Controlada Indireta por meio da controlada Solvi Valorização Energética Ltda.*
- (b) *Controlada Indireta por meio da controlada Revita Engenharia S.A.*
- (c) *Controlada Indireta por meio da controlada Companhia de Inversiones Ambientales S.A.*
- (d) *Controlada Indireta por meio da controlada Essencis Soluções Ambientais S.A.*
- (e) *Controlada Indireta por meio da controlada Vega Engenharia Ambiental S.A.*
- (f) *Controlada Indireta por meio da controlada Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR.*
- (g) *Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Companhia de Saneamento do Norte S.A. - CSN.*
- (h) *Controlada Indireta por meio da controlada GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais Ltda.*
- (i) *Controlada Indireta por meio da controlada Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.*
- (j) *Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.*
- (k) *Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Essencis MG Soluções Ambientais S.A.*
- (l) *Controlada Indireta da Solvi por meio da controlada Solvi Valorização Energética Ltda. e Revita Engenharia S.A.*
- (m) *Controlada Indireta da Solvi por meio da controlada Vega Engenharia Ambiental S.A. e Revita Engenharia S.A.*
- (n) *Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Viasolo Engenharia de Resíduos Ltda.*
- (o) *Controlada Indireta por meio da controlada em conjunto Riograndense Participações S.A.*

Composição dos investimentos e equivalência das controladas em conjunto

A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto, apresentado nas Demonstrações Financeiras individuais, é como segue:

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2015	31/12/2014
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	5.680	65%	(29.771)	(19.322)	7.748	-	(6.967)
					7.748	-	(6.967)
Totas das participações em controladas e controladas em conjunto						1.145.231	1.106.440
Provisão para perdas nos investimentos						(73.748)	(26.154)
Totais dos investimentos						1.218.979	1.132.594

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Valor justo	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
							31/12/2015	31/12/2014
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	5.680	65%	(29.771)	-	(19.322)	7.748	-	(6.967)
Alfênas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	3.168	51%	3.168	-	1.191	607	1.616	1.616
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	4.548	51%	6.249	-	1.274	650	3.187	3.187
Hera Ambiental S.A.	7.058	50%	15.289	-	700	350	7.645	7.948
Biotérmica Energia S.A.	7	34%	(308)	-	(165)	(57)	(106)	(49)
SBC Valorização de Resíduos S.A.	13.984	75%	16.424	-	9.931	6.758	-	11.840
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	48.824	28%	50.774	-	1.155	318	13.963	13.645
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	500	1%	999	-	499	5	10	5
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	6.083	67%	25.102	18.485	2.758	(42)	35.221	36.549
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54%	16.982	11.127	5.669	2.550	20.297	18.772
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.145	65%	6.916	8.792	290	(330)	13.287	13.664
Essencis Ecosistema Ltda.	-	0%	-	7.506	-	(520)	7.506	8.026
Essencis Manufatura Reversa Ltda.	-	0%	-	(15)	-	-	(15)	-
Biotérmica Energia S.A.	7	36%	(308)	-	(165)	(59)	(110)	(51)
Vega Sucursal LimpAr	1.705	60%	10.009	-	4.089	2.453	6.007	3.238
Companhia de Saneamento do Norte S.A.	455.326	50%	646.856	-	31.161	15.503	321.811	306.072
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	15.000	51%	30.906	-	3.402	1.735	15.762	14.027
Riograndense Participações S.A.	26.176	70%	44.296	-	16.912	9.224	-	29.954
Totais dos investimentos						46.893	446.081	461.478
Ágio por expectativa de rentabilidade futura								
Revita Engenharia S.A.:								
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.							4.463	-
Hera Ambiental S.A.							2.284	-
Revita Engenharia S.A. e Solvi Valorização Energética Ltda.:								
Biotérmica Energia S.A.							1.482	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.:								
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.							2.187	-
						10.416	-	
Totas das participações em controladas e controladas em conjunto						456.497	461.478	

As provisões para perdas em investimentos são realizadas de acordo com o percentual de participação acionária da Companhia em relação ao patrimônio líquido negativo dos empreendimentos das controladas.

Movimentações dos investimentos das controladas em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Aquisição	Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2015
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	(6.967)	(4.180)	7.748	3.400	-
	(6.967)	(4.180)	7.748	3.400	-

Movimentação dos investimentos do consolidado:

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Aquisição	Aquisição de controle	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Variação Cambial	Aumento de capital	Transf./Rec las. do	Saldo em 31/12/2015
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	(6.967)	(4.180)	-	7.748	-	-	3.400	-	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	1.616	-	-	607	(607)	-	-	-	1.616
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	3.187	-	-	650	(650)	-	-	-	3.187
Hera Ambiental S.A.	7.948	-	-	350	(653)	-	-	-	7.645
Biotérmica Energia S.A.	(49)	-	-	(57)	-	-	-	-	(106)
SBC Valorização de Resíduos S.A.	11.840	-	(18.598)	6.758	-	-	-	-	-
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	13.645	-	-	318	-	-	-	-	13.963
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	5	-	-	5	-	-	-	-	10
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	36.549	-	-	(42)	(1.287)	-	-	-	35.221
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	18.772	-	-	2.550	(1.025)	-	-	-	20.297
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	13.664	-	-	(330)	(48)	-	-	-	13.287
Essencis Ecosystema Ltda.	8.026	-	-	(520)	-	-	-	-	7.506
Essencis Manufatura Reversa Ltda.	-	(15)	-	-	-	-	-	-	(15)
Biotérmica Energia S.A.	(51)	-	-	(59)	-	-	-	-	(110)
Vega Sucursal LimpAr	3.238	-	-	2.453	-	316	-	-	6.007
Companhia de Saneamento do Norte S.A.	306.072	-	-	15.503	-	-	236	-	321.811
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	14.027	-	-	1.735	-	-	-	-	15.762
Riograndense Participações S.A.	29.954	-	(36.478)	9.224	(2.700)	-	-	-	-
	461.478	(4.195)	(55.076)	46.893	(6.970)	316	3.636	-	446.081
Ágio por expectativa de rentabilidade futura									
Revita Engenharia S.A.:									
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Hera Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4.463	4.463
	-	-	-	-	-	-	-	2.284	2.284
Revita Engenharia S.A. e Solvi Valorização Energética Ltda.:									
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.482	1.482
Essencis Soluções Ambientais S.A.:									
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	2.187	2.187
	-	-	-	-	-	-	-	10.416	10.416

15.3 Alterações na estrutura societária

Durante o ano de 2015 foram efetuadas alterações na estrutura societária com o objetivo de adequar a estrutura organizacional e societária das empresas do Grupo às necessidades operacionais e funcionais. As principais alterações estão descritas a seguir:

Aumento de capital social na Essencis & HPM Tecnologia em Recuperação de Metais Ltda.

Com base na primeira alteração do contrato social em 16/07/2015 as sócias decidiram aumentar o capital social, passando do valor inicial de R\$10, para o valor de R\$2.230, perfazendo um total de R\$2.220 mediante a emissão de 2.220.000 novas cotas no valor de R\$1,00 cada na Essencis & HPM de forma proporcional entre os sócios, sendo a Essencis MG responsável por 51%.

Aumento de capital social na Koleta Ambiental S.A.

Em 31 de dezembro de 2015 conforme assembleia geral extraordinária ocorreu um aumento de capital social na Companhia em R\$8.000, passando o capital de R\$22.731 para R\$30.731, totalmente subscrito e integralizado pela acionista Solvi Participações S.A., mediante a conversão de créditos detidos pela acionista contra a Companhia, oriundo de saldo de Mútuo firmado entre as partes, mudando também a participação das acionistas Solvi Participações S.A para 64,81% e Essencis Soluções Ambientais S.A. para 35,19%.

Aumento de capital social na Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.

Com base na ata em 18 de fevereiro de 2015 ocorreu o aumento de capital de R\$ 5.360, cuja a integralização por parte da Revita ocorreu com R\$ 1.500 por meio de transferência bancária (TED) e R\$ 3.860 por meio de assunção de crédito referente ao mútuo com a Revita.

Aumento de capital social na Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP

Com base na ata de 04 de fevereiro de 2015 ocorreu o aumento de capital de R\$135 considerando que a integralização por parte da Organosolvi é de 75% mediante o capital social e o restante sendo da sócia.

Instrumento Particular de Compra e Venda de ações da empresa EMPPA - Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.

Em 18 de março de 2015, a Solvi como titular e legítima possuidora de 99,9% da participação, com o capital social totalmente subscrito e integralizado, resolve vender, ceder e transferir 999 (novecentos e noventa e nove) ações, para a Servy Participações Ltda.

Aquisição de controle sem contraprestação

• ***SBC Valorização de Resíduos S.A.***

Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2015, ficou definido que as deliberações da Assembléia Geral serão adotadas por acionistas representando maioria do capital votante, portanto, a Revita Engenharia S.A., detentora de 75,00% das ações ordinárias passa a exercer o controle sobre a investida SBC Valorização de Resíduos S.A. com base na sua participação societária sobre a referida Companhia e não mais compartilha o controle com outros acionistas.

Desta forma os resultados apurados a partir de 1º de julho de 2015 passaram a fazer parte das demonstrações consolidadas do Grupo. No período anterior, em que era exercido o controle compartilhado, a investida foi registrada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o CPC19 (R2).

O balanço patrimonial da SBC Valorização de Resíduos em 30/06/2015 é conforme segue:

Em milhares de reais	Saldo contábil em 30/06/2015
Ativo circulante	55.290
Caixa e equivalentes de caixa	9.916
Contas a receber de clientes e outros créditos	35.390
Impostos a recuperar	9.334
Estoques	649
Adiantamento a fornecedores	1
Ativo não circulante	30.206
Contas a receber de clientes e outros créditos	-
Depósitos judiciais	305
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.656
Ativos financeiros	10.323
Imobilizado	13.306
Intangível	2.616
ATIVO TOTAL	85.496
Passivo circulante	47.742
Fornecedores e outras contas a pagar	17.348
Empréstimos e financiamentos	8.060
Salários e encargos trabalhistas	7.650
Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.889
Imposto de renda e contribuição social	4.516
Dividendos a pagar	4.279
Passivo não circulante	13.268
Fornecedores e outras contas a pagar	3.754
Empréstimos e financiamentos	5.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.694
Provisões	377
Patrimônio líquido	24.486
Capital social	13.984
Reserva legal	1.300
Reserva de retenção de lucros	9.202
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.496

A SBC Valorização de Resíduos foi avaliada pelo método de fluxo de caixa descontado, e não houve variação entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e passivos. O resultado da avaliação é a seguir demonstrado:

Valor contábil do patrimônio líquido da SBC Valorização de Resíduos S.A. antes da aquisição do controle	24.486 (b)
---	------------

Valor do investimento avaliado imediatamente após a aquisição do controle da SBC Valorização de Resíduos

* Valor justo de 75% do investimento pertencente à Companhia	20.176
* Valor justo de 25% do investimento, pertencente a sócios terceiros	<u>6.725</u>
	26.901 (a)

Ganho na avaliação do investimento - <i>goodwill</i> (a-b)	<u>2.415</u>
* Valor correspondente à participação da Companhia (75%)	1.811
* Valor correspondente à participação de não controladores (25%)	604

O investimento foi baixado na Companhia a valor contábil e contabilizado a valor justo

Conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1), o Grupo possui um período de 12 meses a contar da data de aquisição para completar a alocação final do ágio. Caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data da aquisição, a contabilização da aquisição poderá ser revista.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição.

- ***Riograndense Participações S.A.***

Conforme o 1º Aditamento ao Acordo de Acionistas da Companhia de 1º de julho de 2015, foram alteradas algumas competências do Conselho e a Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR, detentora de 70% das ações ordinárias passa a exercer o controle sobre a investida Riograndense Participações S.A com base na sua participação societária sobre a referida Empresa, e não mais compartilha o controle com outros acionistas.

Desta forma os resultados apurados a partir de 1º de julho de 2015 passaram a fazer parte das demonstrações consolidadas do Grupo. No período anterior, em que era exercido o controle compartilhado, a investida foi registrada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o CPC19 (R2).

O balanço patrimonial da Riograndense Participações S.A. de Resíduos em 30/06/2015 é conforme segue:

	Saldo contábil consolidado
Em milhares de reais	em 30/06/2015
Ativo circulante	35.357
Caixa e equivalentes de caixa	3.682
Contas a receber de clientes e outros créditos	21.616
Estoques	694
Ativo fiscal corrente	9.365
Ativo não circulante	58.608
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.020
Depósitos judiciais	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.554
Imobilizado	49.970
Intangível	43
ATIVO TOTAL	93.965
Passivo circulante	38.610
Fornecedores e outras contas a pagar	10.164
Empréstimos e financiamentos	8.066
Salários e encargos trabalhistas	2.943
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.582
Passivo fiscal corrente	7.169
Dividendos a pagar	7.686
Passivo não circulante	17.197
Fornecedores e outras contas a pagar	7.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	832
Provisões	8.397
Patrimônio líquido	38.158
Capital social	26.176
Reserva legal	2.662
Reserva de retenção de lucros	9.320
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	93.965

A Riograndense Participações S.A. foi avaliada pelo método de fluxo de caixa descontado, e não houve variação entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e passivos. O resultado da avaliação é a seguir demonstrado:

Valor contábil do patrimônio líquido da Riograndense Participações S.A antes da aquisição do controle	38.158	
* Mais valia de ativos já contabilizada	13.954	
Total do patrimônio líquido ajustado	52.112	(b)
Valor do investimento avaliado imediatamente após a aquisição do controle da Riograndense Participações S.A		
* Valor justo de 70% do investimento pertencente à Companhia	110.879	
* Valor justo de 30% do investimento, pertencente a sócios terceiros	47.520	
	158.399	(a)
Ganho na avaliação do investimento - <i>goodwill</i> (a-b)	106.287	
* Valor correspondente à participação da Companhia (70%)	74.401	
* Valor do ágio por rentabilidade futura anteriormente contabilizado na Companhia	(13.335)	
* Valor do ganho correspondente à participação da Companhia (70%) lançado no resultado	61.066	
* Valor do correspondente à participação dos não controladores (30%) lançado no patrimônio líquido	31.886	

O investimento foi baixado na Companhia a valor contábil e contabilizado a valor justo.

Conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1), o Grupo possui um período de 12 meses a contar da data de aquisição para completar a alocação final do ágio. Caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data da aquisição, a contabilização da aquisição poderá ser revista.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição.

16 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2015			2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em Bens de Terceiros	20	193	(193)	-	-
Maquinas e Equipamentos	12,5	688	(359)	329	409
Móveis e utensílios	10	8	(4)	4	5
Equipamentos de informática	23,5	2.683	(2.169)	514	603
Imobilizado em andamento	-	945	-	945	478
		4.517	(2.725)	1.792	1.495

As mutações do imobilizado da controladora estão demonstradas conforme segue:

Custo do Imobilizado	2014	Adição	Baixa	Transferência	2015
Benfeitorias em Bens de Terceiros	193	-	-	-	193
Móveis e utensílios	8	-	-	-	8
Maquinas e Equipamentos	705	25	(42)	-	688
Equipamentos de informática	2.558	98	-	27	2.683
Imobilizado em andamento	478	829	-	(362)	945
	3.942	952	(42)	(335)	4.517

Depreciação	2014	Adição	Baixa	Transferência	2015
Benfeitorias em Bens de Terceiros	(193)	-	-	-	(193)
Móveis e utensílios	(3)	(1)	-	-	(4)
Maquinas e Equipamentos	(296)	(68)	5	-	(359)
Equipamentos de informática	(1.955)	(214)	-	-	(2.169)
	(2.447)	(283)	5	-	(2.725)

Líquido	1.495	669	(37)	(335)	1.792
----------------	--------------	------------	-------------	--------------	--------------

O saldo do consolidado é composto como segue:

				2015	2014
	Tx Média				
	Anual %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	453.379	(196.244)	257.135	216.731
Terrenos e edificações e construção civil	5	64.068	(28.827)	35.241	52.977
Benfeitorias em bens de terceiros	10	58.245	(29.864)	28.381	27.589
Máquinas e equipamentos	10	270.427	(120.056)	150.371	147.215
Móveis e utensílios	10	11.928	(6.637)	5.291	5.256
Equipamentos de informática	20	21.184	(16.699)	4.484	4.986
Veículos e equipamentos	20	234.813	(138.841)	95.973	100.951
Central de triagem	10	10	(1)	9	-
Imobilizado em andamento	-	156.731	-	156.731	61.906
		1.270.785	(537.169)	733.616	617.610

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval do Grupo. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos por meio de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos por meio da alienação fiduciária dos bens.

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2015, os principais ativos em construção referem-se a aterros sanitários.

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

Custo do Imobilizado	2014	Adição	Baixa	Transfer.	Reorganização Societária	Alienação	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Varição Cambial	2015
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:									
Aterro e infra em aterros	357.088	11.473	(729)	30.504	37.971	-	17.060	12	453.379
Terrenos Edificações e Construção Civil	78.721	5.020	(2.237)	2.094	-	(20.000)	-	470	64.068
Benfeitorias em bens de terceiros	51.970	4.490	(339)	1.062	373	-	-	689	58.245
Máquinas e equipamentos	244.801	12.930	(4.471)	767	12.233	-	-	4.167	270.427
Móveis e utensílios	10.785	555	(87)	(29)	522	-	-	182	11.928
Equipamentos de informática	19.314	852	(133)	96	586	-	-	469	21.184
Veículos e equipamentos	219.660	4.005	(22.367)	3.138	18.026	-	-	12.351	234.813
Central de triagem	-	-	-	10	-	-	-	-	10
Imobilizado em andam.	61.906	114.132	-	(43.442)	24.093	-	-	42	156.731
	1.044.244	153.457	(30.363)	(5.800)	93.804	(20.000)	17.060	18.382	1.270.785

Depreciação	2014	Depreciação	Baixa	Transfer.	Reorganização Societária	Alienação	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	Varição Cambial	2015
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:									
Aterro e infra em aterros	(140.357)	(23.722)	-	1	(15.105)	-	(17.060)	(1)	(196.244)
Edificações e Construção Civil	(25.744)	(3.632)	931	(249)	-	-	-	(133)	(28.827)
Benfeitorias em bens de terceiros	(24.381)	(5.844)	345	254	(238)	-	-	-	(29.864)
Máquinas e equipamentos	(97.586)	(22.894)	2.517	1.720	(2.337)	-	-	(1.476)	(120.056)
Móveis e utensílios	(5.529)	(906)	36	9	(169)	-	-	(78)	(6.637)
Equipamentos de informática	(14.328)	(1.858)	126	(15)	(294)	-	-	(330)	(16.699)
Central de triagem	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Veículos e equipamentos	(118.709)	(35.021)	20.974	2.568	(4.964)	-	-	(3.689)	(138.841)
	(426.634)	(93.878)	24.929	4.288	(23.107)	-	-	(5.707)	(537.169)
Líquido	617.610	59.579	(5.434)	(1.512)	70.697	(20.000)	-	12.675	733.616

- A coluna de reorganização societária refere-se a adição no mapa de movimento do imobilizado das aquisições de controle do Grupo Solvi das Companhias SBC Valorização de Resíduos S.A e Riograndense Participações S.A. que passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- A Companhia de Projetos Ambientais alienou imóvel no valor de R\$20.000 para a empresa Servy Participações Ltda.
- Parte dos valores transferidos são reclassificações do ativo imobilizado em andamento para ativos em operação, e parte refere-se à transferência envolvendo o ativo intangível.

17 Intangível

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2015			2014
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	20	15.194	(10.973)	4.221	5.260
Licença de direitos de uso	-	760	(1)	759	757
		<u>15.954</u>	<u>(10.974)</u>	<u>4.980</u>	<u>6.017</u>

As mutações do intangível da controladora estão demonstradas conforme segue:

Custo do Intangível	2014	Adição	Transferência	2015
Software	14.414	445	335	15.194
Licença de direitos de uso	757	3	-	760
	<u>15.171</u>	<u>448</u>	<u>335</u>	<u>15.954</u>
Amortização	2014	Adição	Transferência	2015
Software	(9.154)	(1.819)	-	(10.973)
Licença de direitos de uso	-	(1)	-	(1)
	<u>(9.154)</u>	<u>(1.820)</u>	<u>-</u>	<u>(10.974)</u>
Líquido	<u>6.017</u>	<u>(1.372)</u>	<u>335</u>	<u>4.980</u>

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2015		2014	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	121.091	(59.792)	61.299	67.451
Infraestrutura em transbordos	10	7463	(5.426)	2.037	2.557
				-	-
Estações de tratamento e redes de					
Infraestrutura – água e esgoto	4,22	3.537	(161)	3.376	6.074
				-	-
Direitos contratuais	20	4.705	(4.604)	101	1.804
Carteira de clientes(a)	-	358.685	(28.457)	330.228	351.372
Licença de direitos de uso	-	77.968	(8.753)	69.215	67.947
Marcas	-	1.627	-	1.627	1.627
Edificações e construção civil	3,11	136	(8)	128	136
Benfeitorias em bens de terceiros	9	3.238	(1.405)	1.833	2.012
Máquinas e equipamentos	10	19.408	(14.616)	4.792	5.022
Software	20	30.887	(23.531)	7.356	7.573
Intangível em andamento	-	24.810	-	24.810	5.846
Desenvolvimento novos negócios	-	2.742	(343)	2.399	2.491
Ônus de concessão	-	2.000	(239)	1.761	1.827
Veículos e equipamentos	20	36.293	(30.930)	5.363	10.133
		694.590	(178.265)	516.325	533.872
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:					
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>		30.344	(18.206)	12.138	8.976
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>		6.051	-	6.051	6.051
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR		123.030	(3.582)	119.448	26.985
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.</i>		106.288	-	106.288	13.335
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>		16.742	(3.582)	13.160	13.650
Revita Engenharia S.A.		45.425	-	45.425	51.238
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>		-	-	-	4.463
<i>Hera Ambiental S.A.</i>		-	-	-	2.284
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>		10.122	-	10.122	10.122
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>		-	-	-	1.481
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>		32.888	-	32.888	32.888
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>		2.415	-	2.415	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.		46.416	(20.114)	26.302	28.489
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>		363	-	363	363
<i>Essencis Ecosistema Ltda.</i>		3.083	-	3.083	3.083
<i>Macaé Projetos e Serviços Ambientais</i>		4.250	-	4.250	4.250
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>		-	-	-	2.187
<i>Essencis Ecolar</i>		28.151	(15.238)	12.913	12.913
<i>Essencis Incineração</i>		3.946	(3.435)	511	511
<i>Essencis Remediação</i>		6.623	(1.441)	5.182	5.182
Companhia de Projetos Ambientais S.A.		199.361	-	199.361	199.361
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>		199.361	-	199.361	199.361
Solvi Participações S.A.		199.361	-	199.361	199.361
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>		199.361	-	199.361	199.361
		649.988	(41.902)	608.086	520.461
Total do Intangível		1.344.578	(220.167)	1.124.411	1.054.333

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Os demais intangíveis são amortizados pela vida útil ou tempo de duração do contrato de concessão, dos dois o menor, exceto pelos ativos da controlada Manaus Ambiental cujas vidas úteis remanescentes no encerramento do contrato de concessão (valor residual) serão ressarcidas pelo Poder Concedente, conforme nota explicativa nº 35.

Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2015, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a expansão da rede de água e esgoto, transbordo e aterros sanitários.

As mutações do Intangível estão demonstradas conforme segue:

Custo	2014	Adição	Baixa	Transferência	Variação Cambial	Reorganiz. Societária	Ajuste IFRS	2015
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:								
Aterro e infra em aterros	119.860	988	-	1.103	-	-	(860)	121.091
Infraestrutura em transbordos	7.480	-	-	-	-	-	(17)	7.463
								-
Centrais de saneamento e esgoto	3.212	43	-	282	-	-	-	3.537
								-
Direitos contratuais	5.803	-	(1.691)	-	593	-	-	4.705
Carteira de clientes	351.372	-	-	-	-	7.313	-	358.685
Licença de direitos de uso	71.404	156	-	-	-	6.408	-	77.968
Marcas	1.627	-	-	-	-	-	-	1.627
Edificações e construção civil	139	-	-	-	-	-	(3)	136
Benfeitorias em bens de terceiros	3.171	-	-	74	-	-	(7)	3.238
Máquinas e equipamentos	18.574	936	(52)	-	-	-	(50)	19.408
Software	25.784	2.664	(126)	1.583	870	112	-	30.887
Intangível em andamento	8.763	14.849	-	(1.460)	-	2.489	169	24.810
Desenvolvimento novos negócios	2.742	-	-	-	-	-	-	2.742
Ônus de concessão	2.000	-	-	-	-	-	-	2.000
Veículos e equipamentos	32.311	108	(2.247)	(9)	6.131	-	(1)	36.293
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:								
Cia	22.440	-	-	-	7.904	-	-	30.344
Koleta	6.051	-	-	-	-	-	-	6.051
CRVR	13.335	92.953	-	-	-	-	-	106.288
Loga	16.742	-	-	-	-	-	-	16.742
BOB	4.463	-	-	(4.463)	-	-	-	-
Hera	2.284	-	-	(2.284)	-	-	-	-
Piauí	10.122	-	-	-	-	-	-	10.122
Biotérmica	1.481	-	-	(1.481)	-	-	-	-
SBC	-	2.415	-	-	-	-	-	2.415
Inova	32.888	-	-	-	-	-	-	32.888
Prameq	363	-	-	-	-	-	-	363
Ecosistema	3.083	-	-	-	-	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	-	-	-	-	-	4.250
Ecototal	2.187	-	-	(2.187)	-	-	-	-
Ecolar	28.151	-	-	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.623	-	-	-	-	-	-	6.623
Essencis	398.722	-	-	-	-	-	-	398.722
	1.211.371	115.112	(4.116)	(8.842)	15.498	16.322	(769)	1.344.578

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Aterro e infra em aterros	(52.409)	(7.597)	-	-	-	-	214	(59.792)
Infraestrutura em transbordos	(4.923)	(527)	-	-	-	-	24	(5.426)
Centrais de saneamento e esgoto	(53)	(108)	-	-	-	-	-	(161)
Direitos contratuais	(3.999)	(12)	-	-	(593)	-	-	(4.604)
Licença de uso	(3.457)	(5.233)	-	-	-	(63)	-	(8.753)
Carteira de clientes	-	(28.457)	-	-	-	-	-	(28.457)
Edificações e construção civil	(3)	(5)	-	-	-	-	-	(8)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.159)	(250)	-	-	-	-	4	(1.405)
Máquinas e equipamentos	(13.552)	(1.168)	50	(11)	-	-	65	(14.616)
Software	(18.211)	(4.453)	126	(47)	(915)	(31)	-	(23.531)
Desenvolvimento novos negócios	(251)	(92)	-	-	-	-	-	(343)
Ônus de concessão	(173)	(66)	-	-	-	-	-	(239)
Veículos e equipamentos	(22.178)	(4.890)	588	(3)	(4.461)	-	14	(30.930)
Amortização de ágio:								-
Cia	(13.464)	-	-	-	(4.742)	-	-	(18.206)
Loga	(3.092)	(490)	-	-	-	-	-	(3.582)
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	-	-	-	-	-	(1.441)
	(157.038)	(53.348)	764	(61)	(10.711)	(94)	321	(220.167)
Líquido	1.054.333	61.764	(3.352)	(8.903)	4.787	16.228	(448)	1.124.411

- A coluna de reorganização societária refere-se a adição no mapa de movimento do intangível das aquisições de controle do Grupo Solvi das Companhias SBC Valorização de Resíduos S.A e Riograndense Participações S.A. que passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- Ocorreram transferências de ágio, no valor de R\$10.415, do intangível para investimento, nas situações em que a Companhia não detém o controle.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2015 a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização e julgou não ser necessária a realização do teste de imparidade em todas as Unidades Geradoras de Caixa, face à certeza de recuperabilidade dos ativos prevista no planejamento orçamentário dos próximos 5 (cinco) anos.

O teste de *impairment* foi realizado por empresa especializada nas subsidiárias causadoras de ágios quando da aquisição de empresas. O teste foi também realizado em algumas empresas que apresentavam prejuízo fiscal no exercício. O teste de *impairment* dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio, que inclui a Companhia, foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2015.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da Companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Em regra geral, os períodos de testes foram de 5 (cinco) anos, com excessão dos contratos de concessão, cujos prazos variam contrato a contrato.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do *WACC (Weighted Average Cost of Capital)*, sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2015 a 2021 e de 2022 em diante, quando aplicável, foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de impairment

Como resultado do teste de impairment, nenhuma das unidades de negócio das subsidiárias do Grupo apresentaram perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda ao valor recuperável. Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

18 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Fornecedores		3.002	1.717	202.302	163.409
Partes relacionadas	21	94.194	68.733	56.722	43.379
Cretores diversos		218	154	5.832	3.293
		<u>97.414</u>	<u>70.604</u>	<u>264.856</u>	<u>210.081</u>
Circulante		18.299	13.135	225.907	182.250
Não circulante		79.115	57.469	38.949	27.831

19 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº9.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado	
			2015	2014
Capital de giro	CDI + 2,40% a.a. a 6,29% a.a.; SELIC + 5,38% a.a. a 6,38% a.a.; LIBOR + 2,00% a.a.;	De jan/16 a dez/18	426.374	330.839
FINAME/FINEP	Pré-fixada de 2,50% a.a. a 12,00% a.a.; TJLP + 3,10% a.a. a 7,00% a.a.; Cesta de Moeda + 3,35% a.a. a 4,95% a.a.;	De jan/16 a set/24	64.145	73.703
BNDES, CEF e BNB	Pré-fixada de 3,40% a.a. a 9,50% a.a.; TJLP + 1,00% a.a. a 5,40% a.a.; Cesta de Moeda + 4,10% a.a. a 4,30% a.a.; SELIC + 3,55% a.a.	De ago/17 a out/37	260.139	191.136
Conta garantida	CDI + 3,66% a.a. a 6,29% a.a.	De jan/16 a jul/18	123.571	64.692
Arrendamento Mercantil	Pré-fixada de 12,78% a.a. a 16,95% a.a.; CDI + 2,35% a.a. a 5,11% a.a.; TJLP + 5,80% a.a. a 6,00% a.a..	De jan/16 a set/20	9.264	10.890
Total			883.493	671.260
Circulante			499.349	389.706
Não circulante			384.144	281.554

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora e em alguns casos na proporção de sua participação societária.

Os financiamentos com recursos do Finame estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados e avais.

Os financiamentos com recursos do Finep, BNDES, CEF e BNB são garantidos por avais e quando necessário, por Fiança Bancária, no valor de R\$181.519.

Os montantes das parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2015	2014
2016	-	98.496
2017	91.795	52.881
2018	125.304	38.063
2019	38.614	28.574
2020	26.029	18.993
2021	23.171	16.767
2022	21.027	14.592
2023	18.257	11.817
2024	6.688	864
2025 até 2037	33.259	507
Total	384.144	281.554

Revita Engenharia S.A

Na Revita Engenharia S.A., os contratos firmados com o BNDES contêm covenants que estabelecem requisitos financeiros que devem ser cumpridos.

Os índices dos covenants da Revita, estabelecidos pelo BNDES são compostos conforme demonstrados a seguir:

Covenants Financeiros (BNDES - Facility)			
1) Margem EBITDA		EBITDA	
>= 16%		Receita Operacional Líquida	= 23,80% Cumprido
2) Dívida Líquida / EBITDA		Σ Empréstimos e Financ. + Impostos Parcelados + Dívida Previdenciária - Disponibilidades	
<= 3,8		EBITDA	= 1,45 Cumprido
3) Cobertura do Serviço da Dívida		EBITDA	
>= 1,6		Juros e Amortizações a Pagar decorrentes dos itens constantes da definição do endividamento líq. Total	= 2,83 Cumprido

Os financiamentos na modalidade Finame, a garantia é o próprio bem adquirido (alienação fiduciária) e garantia fidejussória de Aval da Solvi Participações S.A. ou Revita Engenharia S.A., desta última o aval é conforme a empresa contratante.

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

Investimentos com uso de financiamentos

Os valores das modalidades de financiamentos do FINAME e BNDES, serão aplicados na aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura dos aterros sanitários. Isso será refletido na demonstração do fluxo de caixa durante o pagamento parcelado.

20 Debêntures e outros títulos devidos

	<u>Série</u>	<u>Emissão</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor</u>
Essencis Soluções S.A.	Única	01/09/2011	150.000
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013	70.000
Companhia de Projetos Ambientais	Primeira	06/06/2013	300.000
Companhia de Projetos Ambientais	Segunda	06/06/2013	200.000
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	Única	15/05/2015	50.000
			<u>770.000</u>

Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31/12/2015:

	<u>Consolidado</u>	
	2015	2014
Passivo circulante (a)	130.841	37.902
Passivo não circulante (b)	602.715	675.836
	<u>733.556</u>	<u>713.738</u>

Notas Promissórias

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u> <u>financeiros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado/Controladora</u>	
			2015	2014
Nota Prômissória	CDI de 2,50% aa	set/15	-	30.033
Passivo circulante (c)			-	30.033
Total			-	30.033
Total Passivo circulante (a+c)			130.841	67.935
Total Passivo não circulante (b)			602.715	675.836
Total			<u>733.556</u>	<u>743.771</u>

(i) **Revita Engenharia S.A.**

Em 05 de dezembro de 2013, o Grupo emitiu em série única de 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread de 2,25% ao ano over.

A amortização é semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 16 de dezembro de 2018.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures são garantidas por fiança concedida pela controladora final Solvi Participações S.A..

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures.

Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Revita Engenharia S.A., foi pactuada a manutenção do índice financeiro representado pela equação Endividamento Líquido/EBITDA, e o resultado deve ser igual ou inferior a 3,50 para o exercício encerrado em 31/12/2015 e 4,00 para o exercício encerrado em 31/12/2014.

Também foi pactuada a manutenção do índice financeiro representado pela equação EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e o resultado deve ser superior a 1,75.

Os índices financeiros devem ser apurados pela Revita Engenharia S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

As cláusulas restritivas (*covenants*) foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Companhia de Projetos Ambientais S.A

Em 06 de junho de 2013 a Companhia emitiu 500 debêntures simples, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie quirografária com garantia real e fidejussória, integralizadas em 14 de junho de 2013.

Na primeira série, foram emitidas 300 debêntures e 200 debêntures na segunda série.

<u>Série</u>	<u>Emissão</u>	<u>2013</u>
Primeira	06/06/2013	300.000
Segunda	06/06/2013	<u>200.000</u>
		500.000

A seguir é demonstrado o saldo destas debêntures ao final do exercício:

	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
Passivo circulante	96.222	4.212
Passivo não circulante	<u>409.100</u>	<u>500.000</u>
	505.322	504.212

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Banco Itaú BBA S/A, coordenador líder da emissão.

A amortização ocorrerá semestralmente a partir de 06 de junho de 2016 com vencimento final em 06 de junho de 2021.

A remuneração é equivalente à taxa de 100% do CDI acrescida de um *spread* praticado neste exercício de 2,50% a.a.

Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures são garantidas por alienação de ações de emissão representativas de 50% do capital social da Essencis Soluções Ambientais S.A., cessão fiduciária de conta vinculada e por fianças da Solvi Participações S.A., Koleta Ambiental S.A. e GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.. O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures.

Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, um dos covenants pactuados é a manutenção do índice financeiro representado pela equação dívida líquida/EBITDA em patamar igual ou inferior a 4,00 (quatro) para os exercícios encerrados em 31/12/2014 e 31/12/2015. O índice financeiro deve ser apurado pela Solvi Participações S.A., com base nas demonstrações financeiras consolidadas e acompanhado pelo agente fiduciário.

No entendimento da Administração, pelo disposto na escritura de debêntures, o cálculo do índice financeiro deve contemplar o EBITDA gerado pelas operações, incluindo essas controladas, em relação à dívida líquida no final do exercício. Neste caso, a Companhia teria atingido um índice de R\$3,05 em 31/12/2015 (R\$3,71 em 31/12/2014), portanto, os covenants financeiros foram devidamente atingidos.

(iii) Essencis Soluções Ambiental S.A.

Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R\$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor do FI - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a. O saldo em 31/12/2015 está composto no passivo circulante em R\$17.746 (R\$17.809 em 2014) e no passivo não circulante em R\$112.500 (R\$129.167 em 2014).

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária do terreno onde está localizado o aterro de Caieiras.

Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; e Índice de Alavancagem Máxima o resultado deve ser superior ou igual a 1,30. As cláusulas restritivas (*covenants*) foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2015.

(iv) Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Banco Santander (Brasil) S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros - DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 2,90% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de maio de 2020.

Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A em 62,35% e Estre Ambiental S.A. em 37,65%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamentos menos disponibilidade dividido pelo EBITDA e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas (*covenants*) foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2015.

21 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$3.839 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.555 em 2014).

(i) Controladora

Os saldos a receber e a pagar, e as transações com empresas incluídas nas demonstrações financeiras individuais, relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são demonstrados a seguir:

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empresas controladas						
CURTO PRAZO						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	35	28	-	-	361	343
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	2	109	12	12	228	161
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	506	438	52	-	5.169	5.158
<i>Essencis Ecosistema Ltda.</i>	19	18	-	-	224	221
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	9	10	-	-	118	118
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	194	107	-	-	1.350	1.145
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	7	37	-	-	1.406	1.066
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	20	997	11.013	11.222	830	746
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	260	233	-	-	3.037	2.875
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	3	3	-	-	6	4
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	36	256	-	-	469	437
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	7	304	1	1	3.608	3.537
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	21	19	-	-	258	279
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	7	24	-	-	201	324
<i>Farrroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	19	18	-	-	239	213
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	33	48	-	-	509	444
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	31	32	-	-	383	384
<i>Piauí Ambiental S.A.</i>	5	10	-	-	53	84
<i>Solvi Valorização Energética Ltda.</i>	3	-	1	-	7	5
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	95	728	10	11	4.314	4.374
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	28	22	-	1	304	252
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	6	-	-	-	81	-
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	14	-	-	-	128	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	10	-	-	-	43	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	92	-	-	-	-	-
<i>Biogás Riograndense Ltda.</i>	1	-	-	-	6	-
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	3	-	-	-	6	-
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.</i>	36	36	-	-	417	422
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	65	-	-	811	794
<i>RLI - Revitalização de Lâmpadas Ltda.</i>	3	-	-	-	7	-
<i>Outros</i>	1	25	8	8	-	137
	1.506	3.567	11.097	11.254	24.573	23.523
JCP:						
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	69	-	-	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	381	72	-	-	-	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	80	-	-	-	-	-
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	783	783	-	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	1.561	22	769	-	-	-
	2.874	877	769	-	-	-

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Mútuos (circulante):

GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	3.195	-	-	-
	-	-	3.195	-	-	-

LONGO PRAZO

Mútuos:

Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	-	-	9.590	6.269	(79)	(217)
Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.	-	-	2.813	-	(362)	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	-	17.225	-	(509)	-
Koleta Ambiental S.A.	-	-	2.412	-	(249)	85
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	1.264	-	4.062	(454)	(22)
Vega Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	(7)	-
Vega Peru S.A.	512	337	-	-	10	8
Solvi Valorização Energética Ltda.	-	3.842	252	-	70	374
Revita Engenharia S.A.	-	-	46.132	47.138	(5.957)	(2.996)
Termoverde Salvador S.A.	-	-	-	-	3	-
Companhia de Projetos Ambientais S.A.	-	21.885	-	-	2.173	1.764
Vega Sucursal Perú	4.891	2.885	-	-	-	91
Outros	-	200	-	-	-	(2)
	5.403	30.413	78.424	57.469	(5.361)	(915)

Empreendimentos controlados em conjunto

CURTO PRAZO

Serviços prestados e reembolsos:

Manaus Ambiental S.A.	-	139	10	9	1.742	1.519
Companhia de Saneamento do Norte S.A.	16	-	-	-	7	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	38	-	-	440	439
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	36	36	-	-	439	436
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	25	25	-	-	306	303
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.	17	10	-	-	179	112
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	74	99	8	-	954	1.232
Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.	40	21	-	-	234	233
Hera Ambiental S.A.	13	13	-	-	152	144
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	191	128	-	-	131	139
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	14	-	-	-	141	-
Riograndense Participações S.A.	3	-	-	-	7	-
Biotérmica Energia S.A.	13	-	-	-	108	-
Organoeste Biotecnologia e Part	3	-	-	-	3	-
Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.	46	-	-	-	113	-
Outros	-	57	-	-	-	138
	491	566	18	9	4.956	4.695

LONGO PRAZO

Mútuos:

Manaus Ambiental S.A.	-	12.843	-	-	698	1.358
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	13.114	10.157	-	-	918	149
	13.114	23.000	-	-	1.616	1.507

AFAC:

Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	1	1	-	-	-	-
	1	1	-	-	-	-

Grupo Servy:

CURTO PRAZO

Serviços prestados e reembolsos:

<i>VRTC Participações</i>	3	5	-	-	7	5
<i>Servy Participações Ltda.</i>	5.880	4	-	-	7	4
<i>Servy Patrimonial</i>	22.056	5	-	-	7	5
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	39	-	-	-	145	-
<i>Sergipe Participações Ltda.</i>	3	-	-	-	7	-
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	3	-	-	-	7	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	669	619	-	-	764	1.603
<i>GPO Comsa</i>	1	6	-	-	12	159
<i>GPO Sanenco</i>	4	38	-	-	241	234
<i>Estaleiro SJN</i>	-	15	-	-	116	178
	<u>28.658</u>	<u>692</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.313</u>	<u>2.188</u>

LONGO PRAZO

Mútuos:

<i>Servy Participações Ltda.</i>	27.336	21.712	-	-	3.316	2.157
<i>Servy Patrimonial</i>	-	20	691	-	(20)	2
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	25	-	-	-	3	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	197.830	75.833	-	-	19.849	4.279
	<u>225.191</u>	<u>97.565</u>	<u>691</u>	<u>-</u>	<u>23.148</u>	<u>6.438</u>

Outras partes relacionadas:

LONGO PRAZO

Mútuos:

<i>WAP</i>	1.250	1.369	-	-	-	43
<i>Solvi Environnement</i>	2.351	1.524	-	-	-	48
<i>Outros</i>	-	-	-	-	393	-
	<u>3.601</u>	<u>2.893</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>393</u>	<u>91</u>

Circulante	33.529	5.702	15.079	11.264		
Não circulante	247.310	153.872	79.115	57.469		
Total	<u>280.839</u>	<u>159.574</u>	<u>94.194</u>	<u>68.733</u>	<u>50.638</u>	<u>37.526</u>

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Consolidado

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminadas na consolidação e não estão apresentadas abaixo. As transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
Empresas controladas	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<u>CURTO PRAZO</u>						
Serviços prestados e reembolsos:						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	346	-	215	-	1.454	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A.</i>	140	-	-	-	3.726	-
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	603	-	7	104	432	810
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	265	1.550	17	16	(475)	3.471
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	516	-	236	253	-	(33)
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	3.197	-	4.313	539	4.314	2.352
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	105	18	364	-	1.782	4.251
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	2.267	28	16	-	-	-
<i>Vega Peru S.A.</i>	66	451	1.098	-	-	1.432
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	387	1.690	268	9	(2.960)	85
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	487	-	456	-	-	-
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.</i>	23	329	1.134	2.664	208	(9.766)
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	308	460	-	52	406	5.105
<i>Vega Sucursal Bolívia</i>	-	-	420	5.428	-	-
<i>Outros</i>	927	379	284	676	2.883	1.519
	9.637	4.905	8.828	9.742	11.770	9.226
Aporte numerários:						
<i>Consórcio Porto para Vida</i>	-	-	-	2.254	-	-
	-	-	-	2.254	-	-
JCP:						
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	-	22	-	-	-	-
<i>Outros</i>	337	-	-	-	-	-
	344	22	-	-	-	-
<u>LONGO PRAZO</u>						
AFAC:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	1	-	-	-	-
<i>Outros</i>	2	-	19	-	-	-
	2	1	19	-	-	-
Outros serviços:						
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	653	-	-	-	-
	-	653	-	-	-	-
Mútuos:						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	3.546	-	341	-	-	-
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	2.555	2.258	-	-	70	(217)
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	450	1.754	34.126	-	-	(59)
<i>Vega Peru S.A.</i>	28.527	32.315	-	2.800	68	8
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.</i>	-	7.755	-	-	-	840
<i>Vega Sucursal Perú</i>	-	-	-	13.811	-	-
<i>Consórcio Vial Kishuara</i>	1.215	-	-	-	-	14
<i>Vega Sucursal Bolívia</i>	420	-	-	-	-	-
<i>Consórcio Águas de San Martin</i>	41	-	-	7.308	-	-
<i>Vega Sucursal Perú</i>	14.973	2.885	-	-	-	91
<i>Outros</i>	793	-	900	82	1.047	278
	52.520	46.967	35.367	24.001	1.185	955

Empreendimentos controlados em conjunto

CURTO PRAZO

Serviços prestados e reembolsos:

<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	2.297	6.276	288	288	4.759	4.349
<i>Companhia de Saneamento do Norte S.A.</i>	16	9	-	-	7	5
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	18	125	770	19	(3.098)	286
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	130	128	-	25	511	431
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	305	259	-	4	301	303
<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	17	10	-	-	179	112
<i>Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.</i>	14	-	-	-	141	-
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	3	-	15	-	-	-
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	74	99	201	202	963	1.232
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	1.071	433	1.670	187	(3.674)	(1.879)
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	59	-	-	-	-	-
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	18	14	9	-	60	96
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	64	-	-	-	108	-
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	369	194	-	-	137	225
<i>Organoeste Biotecnologia e Part</i>	3	-	-	-	3	-
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	51	35	-	-	113	102
<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	-	-	303	-	-	-
<i>Outros</i>	147	14	-	-	-	33
	<u>4.656</u>	<u>7.596</u>	<u>3.256</u>	<u>725</u>	<u>510</u>	<u>5.294</u>

Mútuos:

<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	2.311	2.028	-	-	-	247
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	-	3.872	-	-	-	471
	<u>2.311</u>	<u>5.900</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>718</u>

JCP:

LONGO PRAZO

AFAC:

<i>Vega Sucursal LimpAr</i>	-	-	1.232	-	-	-
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	-	1	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1.232</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Mútuos:

<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	-	12.843	-	-	1.015	1.358
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	6.234	6.663	-	-	598	53
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	8.077	8.507	-	-	670	55
<i>Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda.</i>	-	-	-	-	9	-
<i>Riograndense Participações S.A.</i>	628	-	-	-	-	-
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	1	678	487	431	27	(63)
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	11.476	5.513	-	-	1.341	716
<i>Biotérmica Energia S.A.</i>	2.388	-	-	-	254	-
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	13.559	10.157	-	-	1.268	148
<i>Outros</i>	60	218	-	-	-	(235)
	<u>42.423</u>	<u>44.579</u>	<u>487</u>	<u>431</u>	<u>5.182</u>	<u>2.032</u>

Solvi Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Grupo Servv:

CURTO PRAZO

Serviços prestados:

<i>VRTC Participações</i>	3	5	-	-	7	5
<i>Atenta Corretora de Seguros Ltda.</i>	39	-	-	-	145	-
<i>Servy Participações Ltda.</i>	25.823	25.833	24	24	7	4
<i>Servy Patrimonial</i>	28.898	6.847	570	181	7	5
<i>Sergipe Participações Ltda.</i>	3	-	-	-	7	-
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	3	-	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	1.081	760	1.445	-	807	1.653
<i>GPO Comsa</i>	1	6	-	-	12	159
<i>GPO Sanenco</i>	32	38	-	-	241	234
<i>Estaleiro SJN</i>	-	15	-	-	116	179
<i>Consórcio Coltani</i>	-	-	-	-	229	-
<i>Ejecutor Tingo Maria</i>	-	-	-	-	171	-
	55.883	33.504	2.039	205	1.749	2.239

Mútuos (circulante):

<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	10.000	-	-	-	-	-
	10.000	-	-	-	-	-

LONGO PRAZO

AFAC:

<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	109	-	-	-	-
	-	109	-	-	-	-

Mútuos:

<i>Servy Participações Ltda.</i>	27.336	21.712	-	-	3.316	2.157
<i>Servy Patrimonial</i>	-	-	691	-	(20)	-
<i>Empresa de Participações em Projetos Ambientais S.A.</i>	25	-	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	215.918	76.358	-	-	19.948	4.300
<i>GPO - Sucursal Del Perú</i>	15.289	-	-	-	-	-
<i>Consórcio Coltani</i>	1.218	-	-	-	-	-
	259.786	98.069	691	-	23.244	6.456

Outras partes relacionadas:

CURTO PRAZO

Serviços prestados:

<i>Instituto Solvi</i>	192	351	-	106	-	-
<i>Unidade de Tratamento de Resíduos - UTR</i>	-	-	2.048	2.482	-	-
<i>Hera Brasil</i>	-	-	834	-	-	-
<i>Vital Engenharia Ambiental</i>	-	-	714	2.088	-	-
<i>Lara Central de Tratamento</i>	-	-	1.175	-	-	-
<i>Outros</i>	970	-	7	-	-	-
	1.162	351	4.778	4.675	-	(1)

LONGO PRAZO

AFAC:

<i>Suez Ambiental</i>	-	-	-	1.232	-	-
<i>URCD</i>	-	-	-	113	-	-
	-	-	-	1.345	-	-

Mútuos:

<i>Vega Sucursal Bolívia</i>	-	2.480	-	-	-	-
<i>WAP</i>	1.250	1.368	-	-	-	43
<i>Solvi Environnement</i>	2.351	1.279	-	-	-	40
<i>Jotage Engenharia Comercio</i>	1.564	2.092	-	-	-	172
<i>Outros</i>	-	266	25	-	920	9
	5.165	7.486	25	-	920	265

Circulante

83.993 52.278 18.901 17.602

Não circulante

359.896 197.865 37.821 25.777

Total

443.889 250.143 56.722 43.379 44.560 27.186

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se à receita com prestação de serviço operacional, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Os contratos de mútuos estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a 10,69% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de janeiro de 2016 a novembro 2023, com a possibilidade de prorrogação.

22 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	22.692	20.180
Encargos trabalhistas	14.530	13.798
Férias	65.210	53.388
Participação no resultado	23.349	13.469
	<u>125.781</u>	<u>100.835</u>

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram, o Grupo provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os custos incorridos com a manutenção do plano montaram R\$2.218 no consolidado (R\$1.266 em 2014), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, no valor consolidado de R\$23.349 (R\$13.469 em 2014).

23 Provisões

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contingências (a)	25.921	21.848
Urbanização de aterro (b)	54.461	37.401
	<u>80.382</u>	<u>59.249</u>

a. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo sem compensação de Dep. Judicial - 2013	5.733	9.947	-	15.680
Saldo por aquisição de Controle	5.011	6.081	555	11.647
Adições	1.651	6.901	111	8.663
Pagamentos	(856)	(4.139)	(574)	(5.568)
Total sem compensação judicial	11.540	18.790	92	30.422
Depositos judiciais acumulados	(3.693)	(4.881)	-	(8.574)
Saldo 31/12/2014	7.846	13.909	92	21.848
Saldo por aquisição de Controle	-	430	-	430
Adições	1.732	15.149	56	16.937
Pagamentos	(1.437)	(9.734)	(56)	(11.227)
Total sem compensação judicial	11.835	24.635	92	36.562
Depositos judiciais acumulados	(4.156)	(6.394)	-	(10.550)
Saldo por aquisição de Controle	-	(91)	-	(91)
Saldo 31/12/2015	7.679	18.150	92	25.921

b. Provisão para urbanização de aterros

O Grupo reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$54.461 e R\$37.401 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 12,91% ao ano (10,96% ao ano em 2014). A taxa de juro de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2015:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014:	37.401	6.198
Saldo por aquisição de controle	8.343	33.852
Constituição de provisão	9.119	13.625
Realização da provisão	(402)	(16.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.461	37.401

24 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
ISS sobre vendas	28.105	24.162
PIS sobre vendas	9.143	8.570
COFINS sobre vendas	41.090	38.353
ICMS	1.172	1.156
IRRF	3.015	2.936
PIS/COFINS/CSLL	865	381
INSS Retido	2.243	1.752
ISS Retido	461	512
Parcelamentos fiscais	234	410
Outros	509	397
Total	86.837	78.629
Circulante	86.792	78.408
Não circulante	45	221

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP).

25 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas da Companhia possuíam registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do imposto de renda.

A composição desses diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízos fiscais acumulados	228.078	230.662	507.892	383.350
Diferenças temporárias:				
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (a)	(75.123)	(75.123)	(161.066)	(125.993)
Amortização do deságio	(57.012)	(57.012)	(57.012)	(57.012)
Demissões de transferidos	-	-	2.127	1.614
Provisão perda estoque	-	-	1.359	1.049
Provisão para contingências	-	-	37.041	30.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	23.731	19.378
Provisão para urbanização de aterro	-	-	54.461	37.401
Provisão para participação nos resultados	1.488	1.397	23.349	13.469
Ganho a valor justo em combinação de negócios	-	-	(424.616)	(436.821)
Regime Transitório de Tributação - RTT	(17.526)	(16.379)	(11.432)	(20.614)
Outros	54	-	16.202	(6.148)
Base total final	79.959	83.545	12.036	(159.905)
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias - 34%	27.186	28.405	4.092	(54.368)
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(77.498)	(78.794)	(161.357)	(121.976)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(50.312)	(50.390)	(157.265)	(176.344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	183	105	70.014	46.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(50.495)	(50.495)	(227.279)	(223.178)

- (a) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

Em 31 de dezembro de 2015, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido antes dos impostos e das participações no resultado	77.372	428.698	171.450	479.345
Efeito RTT	-	(369.607)	-	(429.004)
	77.372	59.091	171.450	50.341
Alíquota nominal do IR e da CS - %	34%	34%	34%	34%
Provisão de imposto de renda e contribuição social	(26.306)	(20.091)	(58.293)	(17.116)
Lucro da Exploração	-	-	4.636	371
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	28.847	22.125	15.944	20.390
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	243	(28.849)	(8.641)
Brindes/multas indedutíveis	(8)	(52)	(911)	(656)
Bônus/doações/patrocínios	(73)	(13)	(1.496)	(4.569)
Participação nos resultados	(125)	(80)	(305)	(146)
RTT	-	-	24.350	(2.059)
Outras diferenças permanentes	(4.051)	(6.310)	(4.228)	(5.662)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.716)	(4.178)	(49.152)	(18.088)
Correntes	(1.794)	(835)	(74.496)	(31.861)
Diferidos	78	(3.343)	20.708	13.402
Incentivos fiscais	-	-	4.636	371

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de prejuízos fiscais é de R\$336.983 (R\$444.103 em 2014) e base negativa de contribuição social a compensar com lucros tributáveis futuros é de R\$446.265 (R\$338.398 em 2014), os quais poderão ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual.

26 Patrimônio líquido

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 está representado por 415.000.000 ações ordinárias nominativas (415.000.000 ações em 2014), com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$415.000, registrado na rubrica “Capital Social”.

(i) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Abaixo é demonstrada a distribuição dos dividendos:

Do lucro líquido de 2015 no valor de R\$75.656, o valor de R\$71.982 foi destinado para reserva de retenção de lucros, R\$639 foi destinado à reserva legal e R\$3.035 foi destinado a dividendos a pagar.

A base de cálculo da reserva legal e dos dividendos foi o lucro líquido deduzido dos ganhos a valor justo em combinação de negócios no montante de R\$62.875.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/07.

27 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita bruta de serviços:				
Clientes públicos	-	-	1.869.124	1.158.852
Clientes privados	1.140	3.070	515.956	300.100
Total receita bruta de serviços	<u>1.140</u>	<u>3.070</u>	<u>2.385.080</u>	<u>1.458.952</u>
Receita de construção	-	-	24.123	27.487
Total receita bruta	<u>1.140</u>	<u>3.070</u>	<u>2.409.203</u>	<u>1.486.439</u>
Impostos incidentes sobre as vendas:				
ISS	(57)	(153)	(101.869)	(58.023)
PIS	(19)	(51)	(37.090)	(21.927)
COFINS	(86)	(233)	(170.845)	(101.003)
ICMS	-	-	(7.189)	(6.242)
Total impostos incidentes sobre vendas	<u>(162)</u>	<u>(437)</u>	<u>(316.993)</u>	<u>(187.195)</u>
Receita Líquida	<u>978</u>	<u>2.633</u>	<u>2.092.210</u>	<u>1.299.244</u>

A receita reconhecida com relação à construção em 2015 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão (nota explicativa nº35) em 2015 são como seguem:

Empresa	Receita de construção	Custo de construção	Reversão de receita
<i>Battre - Bania Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	7.331	(7.331)	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A - LOGA</i>	5.164	(5.164)	-
<i>Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	1.941	(1.941)	-
<i>São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	1.359	(1.359)	-
<i>São Gabriel Saneamento S.A</i>	7.897	(7.897)	-
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A. - (Julho à Dezembro de 2015)</i>	354	(354)	-
<i>SL Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A</i>	77	(77)	-
	<u>24.123</u>	<u>(24.123)</u>	<u>-</u>

28 Custos dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários e Encargos	(720.393)	(494.121)
Mão-de-Obra	(826)	(1.553)
Aluguel	(211.738)	(192.285)
Depreciações	(139.074)	(51.276)
Materiais aplicados nos serviços	(173.120)	(112.977)
Serviços de terceiros (a)	(312.005)	(140.917)
Creditos fiscais	77.636	46.980
Custo de bens reversíveis	(24.123)	(29.227)
Outros custos de produção (b)	(127.545)	(66.010)
Total	<u>(1.631.188)</u>	<u>(1.041.386)</u>

Durante o exercício de 2014 foram realizados novas combinações de negócios em que a Companhia consolidou o resultado de forma proporcional a partir da data de aquisição de controle. No exercício de 2015 este resultado foi consolidado integralmente.

Também em 2015 houveram novas combinações de negócios em que a Companhia consolidou o resultado de forma proporcional a partir da data de aquisição de controle.

- (a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a transporte de resíduos, serviços de incineração, destinação em aterros, e serviços de coleta de resíduos.
- (b) O principais valores de outros custo de produção são referentes a transportes de resíduos, serviços de incineração e tratamento de efluentes.

29 Despesas comerciais

	Consolidado	
	2015	2014
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.102)	(809)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(4.300)	(2.717)
Patrocínios, brindes e doações	(1.741)	(2.613)
Propaganda e publicidade	(5.806)	(14.740)
Outros	(1.258)	(1.180)
Total	(14.207)	(22.059)

30 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Remuneração direta mão de obra	(18.957)	(15.706)	(81.462)	(58.519)
INSS	(3.589)	(3.373)	(12.868)	(10.848)
FGTS	(1.023)	(979)	(3.482)	(3.053)
Benefícios	(3.321)	(2.813)	(9.957)	(8.705)
Alugueis	(1.854)	(1.838)	(5.274)	(5.928)
Depreciação	(2.102)	(2.357)	(4.636)	(4.727)
Materiais	(223)	(148)	(995)	(777)
Fretes e carretos	(83)	(70)	(175)	(473)
Serviços de terceiros (a)	(11.467)	(12.474)	(50.287)	(36.987)
Tributos, seguros e contribuições	(647)	(594)	(8.795)	(4.879)
Viagens e estadias	(749)	(1.394)	(3.754)	(5.887)
Outros	(1.607)	(1.692)	(6.253)	(6.944)
Reembolso de despesas serv. compartilhadas (CSC)	29.701	27.708	-	-
Total	(15.921)	(15.730)	(187.938)	(147.728)

- (a) Os valores de serviços de terceiros referem-se basicamente à contratação de serviços de consultorias administrativas e financeiras, honorários advocatícios e assessoria técnica.

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita (despesas) de aluguel	-	-	574	150
Receitas Eventuais	54	-	2.766	1.449
Despesas e provisões contingenciais	(16)	(17)	(14.803)	(9.966)
Patrocínio e doações	(78)	(39)	(2.750)	(11.382)
Resultado venda de imobilizado	-	(5)	1.456	2.170
Ganho de valor justo de aquisição de empresa (a)	-	364.253	62.878	405.982
Resultado de investimentos (b)	4.227	8.836	(8.033)	9.146
Outras despesas e receitas (c)	(2.533)	(1.341)	(4.225)	7.905
Total	1.654	371.687	37.863	405.454

A principais alterações do consolidado da Solvi Participações S.A. refere-se:

- (a) Em 2014 ocorreram combinações de negócios que o Grupo adquiriu controle com ganhos de valor justo oriundo da atualização do investimento anterior a data de aquisição de controle da Essencis Soluções Ambientais S.A., Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A. e Logística Ambiental de São Paulo S.A. Em 2015 ocorreram combinações de negócios que o Grupo adquiriu controle com ganhos de valor justo das empresas SBC - Valorização de Resíduos S.A. e Riograndense Participações S.A.
- (b) Em 2015 ocorreram complementos do preço da compra que ocorreu em 2012 da empresa denominada atualmente como CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda no valor de R\$9.761 e a compra de 7,72% da empresa Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A no valor de R\$4.634.
- (c) Em 2014 foi reconhecido uma recuperação de crédito na Innova Ambiental S.A. no valor de R\$15.972 da *Municipalidad Distrital de san Isidro* no Perú

E a quitação antecipada de parcelamentos fiscais com a utilização do Refis com base na lei 11.941/2009, no valor de R\$5.669 na empresa Vega Engenharia Ambiental S.A..

32 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras:				
Receitas juros sobre contratos de mútuo	27.506	10.449	33.246	11.394
Variação monetária	2.490	472	12.060	3.399
Rendimentos sobre aplicações financeiras	923	2.014	17.164	57.286
Juros recebidos e descontos obtidos	889	459	9.957	12.619
Total	31.808	13.394	72.427	84.698
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(3.723)	(714)	(15.688)	(4.769)
Despesas bancárias	(1.539)	(671)	(11.312)	(2.298)
Ajuste de valor presente das contas a receber	-	-	(189)	(1.210)
Despesas com juros e descontos concedidos	(158)	(136)	(15.224)	(30.880)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(7.709)	(3.329)	(607)	(1.357)
Despesas multas e moras financeiras	(13)	(13)	(2.081)	(370)
Tributos sobre movimentações financeiras	(1.928)	(549)	(8.753)	(6.188)
Juros sobre financiamento	(10.481)	(2.187)	(190.756)	(111.777)
Total	(25.551)	(7.599)	(244.610)	(158.849)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	6.257	5.795	(172.183)	(74.151)

33 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

- Riscos Operacionais: R\$8.060;
- Danos Materiais: R\$4.836 e
- Responsabilidade Civil: R\$5.500

34 Passivos contingentes

O Grupo é parte em diversos processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração do Grupo e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 2015, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, descritas na nota explicativa nº23, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$75.578.

Os principais processos com estimativa de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2015 são:

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - VEGA Engenharia Ambiental

Em setembro de 2003, a controlada VEGA foi autuada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o entendimento de que a VEGA incorreu em irregularidade formal na compensação de débitos com créditos entre filiais, relacionados a retenções de faturas de serviços prestados no período de julho de 2000 a maio de 2003. A VEGA recorreu na esfera judicial propondo ação anulatória distribuída perante a Justiça Federal de São Paulo. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 1ª Instância, e atualmente encontra-se em fase de recurso de apelação perante o TRF3 (2ª Instância). De acordo com os assessores jurídicos da VEGA, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Ainda, segundo os assessores jurídicos, a probabilidade de ganho da empresa é provável com relação ao pedido de restituição das contribuições compensadas entre filiais (à exceção do valor da multa de mora). Obs.: O artigo 31 da Lei nº 11.941/09 veio permitir a compensação de créditos entre filiais da mesma empresa, a partir da sua publicação.

Receita Federal - VEGA Engenharia Ambiental

Em 10 de dezembro de 2004, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração relativo à Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) da controlada VEGA em decorrência da suposta prática de infrações fiscais nos períodos-base 1999, 2000 e 2001. A VEGA contestou a autuação, e sua defesa foi parcialmente acolhida na esfera administrativa, já concluída. Com relação aos itens não acolhidos no Processo Administrativo, a VEGA, em 31/05/2013, promoveu Ação Anulatória em face da União Federal, perante a 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, com o fim de desconstituir os débitos tributários remanescentes. O valor atualizado do débito em 2014 era de R\$ 32,7 milhões. A VEGA aderiu ao parcelamento na forma da Lei nº 13.043/2014 (art. 34) e, fazendo uso da prerrogativa conferida pelo artigo 33, caput e §1º da aludida norma, promoveu a quitação antecipada do saldo devedor, mediante a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL próprio e de sua controladora. Face à quitação à vista da integralidade de seus débitos tributários, no prazo legal previsto na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13/2014, a empresa requereu a desistência dos pedidos formulados na Ação Anulatória. Em 27.11.2015 transitou em julgado a decisão que homologou a renúncia.

Concorrência Pública nº 12/2009 Prefeitura Municipal de Canoas - VEGA Engenharia Ambiental

Trata-se de Ação Popular que pretende a decretação de invalidade de contratos emergenciais, avençados com a Municipalidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, bem como a devolução de valores recebidos pela empresa. Pela documentação existente nos autos, não há evidências de irregularidades nas contratações. Ademais, ainda que a ação venha a ser julgada procedente ou procedente em parte, como houve a prestação correta dos serviços e a Administração usufruiu de tais serviços, a hipotética procedência se limitaria ao reembolso de eventuais valores que, necessariamente, seriam apurados por meio de perícia técnica; portanto não há como estimar valor no atual estágio processual.

Ação Civil Pública - SL Ambiental

Trata-se de Ação Civil Pública, promovida pelo MP/RS, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado com o Município de São Leopoldo. A ação foi julgada procedente e a Companhia obteve, perante o STF, decisão monocrática, que tornou sem efeito a decisão que havia declarado nulo o contrato. Ainda pendente julgamento definitivo sobre a causa. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Ação Popular - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros - REVITA Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Popular na qual o autor se insurge contra o edital e a Concorrência Pública nº 12/2009, alegando a ocorrência de supostas irregularidades. A REVITA já apresentou Contestação, nos autos, e o processo encontra-se em fase de instrução. De acordo com os assessores jurídicos da REVITA, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Ação Civil Pública - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros - REVITA Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. A empresa aguarda ser notificada para apresentação de defesa prévia, nos autos. De acordo com os assessores jurídicos da REVITA, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Cível e tributário - Manaus Ambiental

Em 2 de janeiro de 2003, o Ministério Público ingressou com ação civil pública para obrigar a Companhia a efetuar o tratamento de esgotos, conforme determina a legislação ambiental. Entretanto, as metas do Contrato de Concessão estabelecem índices de coleta de esgotos diferentes dos índices de tratamento de esgotos determinados pela legislação ambiental. Desse modo, as metas contratuais foram renegociadas com o Poder Concedente. Os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como possível nessa ação civil pública, cujo valor da causa atualizado soma R\$7.859. Afora isso, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no julgamento da ação nº 0008057-68.2013.8.04.0000, em 17/12/2013, legitimou a cobrança da tarifa de esgoto pela Manaus Ambiental, reconhecendo que a cobrança da concessionária está de acordo com o que dispõe o Contrato de Concessão e legislação aplicável, em consonância com o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do REsp

1330195/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 04/02/2013.

Cível - Demais controladas.

Algumas controladas figuram no polo passivo em ações civis públicas, nas quais são discutidos os contratos avençados com o Poder Público, decorrentes da própria atividade das empresas, que se concentra, com maior relevância, na prestação de serviços públicos de limpeza urbana, coleta e tratamento de resíduos. Em tais ações, as empresas são defendidas por escritórios especializados e de excelência comprovada, com o acompanhamento da área jurídica interna. Os advogados externos avaliam que tais ações são de valor inestimável, dado que são discutidos temas conceituais jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais de natureza imensurável. Ademais, em todas as ações o prognóstico de êxito é possível, razão pela qual tais ações não possuem valores provisionados.

35 Contratos de concessão

CONTRATO DE CONCESSÃO - Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA (“LOGA”)

O Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. Conforme previsto no contrato, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em julho de 2014, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 1,58% para um novo serviço de coleta urbana aos domingos.

Reequilíbrio Quinquenal

O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimentos da concessionária. Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio tarifário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais incidido em todos os anos da Concessão, de forma provisória, com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela Amlurb iniciado, mas ainda sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurado apartado do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano até não mais o final do 11º ano conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que não há mais tempo hábil para o cumprimento desta meta e até o momento não houve definição quanto ao terreno a ser implantado.

É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, mas não houve qualquer pronunciamento até o presente momento.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas, não foi efetuada neste exercício, uma provisão para investimentos futuros.

CONTRATO DE CONCESSÃO - Manaus Ambiental S.A. (“MANAUS”)

A Manaus Ambiental S.A. é concessionária do contrato que tem por objeto social a execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários na cidade de Manaus/AM. Em 2012 o contrato de concessão foi aditivado, tendo sido prorrogado por mais 15 anos, passando o prazo de vigência para 20 de julho de 2045. O aditivo supra também alterou a relação tarifária para cobrança de esgoto de 80% para 100% e instituiu a tarifa social.

Em 22 de outubro de 2013 a Companhia firmou o contrato de interdependência entre operadores com a COSAMA - Companhia de Saneamento do Amazonas e o Consórcio Público PROAMA (Programa Águas para Manaus), este representando a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado. O contrato tem como objeto o fornecimento pela COSAMA de água tratada no atacado à Manaus Ambiental, que com isso fortalecerá o abastecimento de água nas Zonas Norte e Leste de Manaus.

O modelo contratual contempla o pagamento à COSAMA pelo volume de água fornecido, bem como a contabilidade apartada com resultados repartidos entre Estado, Município e Manaus Ambiental.

Direitos sobre a infraestrutura

Conforme disposto pelo IFRIC 12, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia e suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. As concessionárias controladas têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

CONTRATO DE CONCESSÃO - SBC Valorização de Resíduos S.A. (“SBC”)

A SBC Valorização de Resíduos foi constituída em 11 de junho de 2012, com sede social no município de São Bernardo do Campo/SP, e tem por objeto social, exclusivo e específico, o manejo e gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, tudo na forma especificada no Edital de Concorrência Pública nº 10.010/11.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Direitos sobre a infraestrutura

Os bens reversíveis classificados no ativo imobilizado estão registrados no ativo financeiro.

Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da Concedente pelos serviços de construção; a Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.

Os ativos reconhecidos como ativo financeiro na SBC são os projetos Alvarenga e Ecoponto, central de triagem, garagem Piraporinha e máquinas e equipamentos.

A SBC reconhece um ativo intangível na medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia registrou ativos intangíveis referentes ao projeto SPAR-URE que se trata da construção de sistema de processamentos e aproveitamento de resíduos e unidade de recuperação de energia, que ao final do contrato serão revertidos ao patrimônio do Município de São Bernardo do Campo.

Ativo Intangível

O Grupo reconhece um ativo intangível à medida em que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma a Companhia e suas controladas registraram ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	São Gabriel	Battre	Rio Grande Ambiental	Farroupilha	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Relima	SBC	Total
Centrais de tratamento de resíduos									
- aterros:									
Aterro e infra em aterros	-	44.779	5.234	1.631	-	9.654	-	-	61.298
Infraestrutura em transbordos	-	2.037	-	-	-	-	-	-	2.037
Estações de tratamento e redes de distribuição de água:									
Infraestrutura – água e esgoto	3.376	-	-	-	-	-	-	-	3.376
Terrenos e Edificações e									
Construção Civil	-	-	-	-	128	-	-	-	128
Benfeitorias em bens de terceiros	-	353	1.369	39	-	71	-	-	1.832
Máquinas e equipamentos	545	1.522	1.909	351	209	257	-	-	4.793
Veículos e equipamentos	-	9	1.170	105	63	(14)	4.030	-	5.363
Imobilizado em andamento	10.509	9.156	1.096	-	-	1.560	-	2.489	24.810
	<u>14.430</u>	<u>57.856</u>	<u>10.778</u>	<u>2.126</u>	<u>400</u>	<u>11.528</u>	<u>4.030</u>	<u>2.489</u>	<u>103.637</u>

Ativo financeiro:

O Grupo reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente te pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento. Desta forma a Companhia e suas controladas registraram ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	<u>SBC</u>	<u>LOGA</u>	<u>TOTAL</u>
Transbordo	-	18.106	18.106
Edificações	2.938	324	3.262
Máquinas e Equipamentos	5.259	-	5.259
Benfeitorias	-	1.520	1.520
Conteineres	-	6.914	6.914
Centros de Triagem	-	10.272	10.272
RSSS Un.Treinamento	-	3.985	3.985
Tr.Anhanguera	-	2.227	2.227
Col.Mecanizada	-	71	71
	<u>8.197</u>	<u>43.419</u>	<u>51.616</u>

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Manaus Ambiental S.A	Abastecimento de água e serviços de tratamento de esgotos para as áreas urbanas de Manaus/AM	45 anos a partir de julho de 2000	400.021	Anualmente com base em índice específico (IGPM)	100% dos itens necessários para execução do contrato	Cumprir os marcos contratuais de manutenção e expansão do sistema de água e esgoto	Renovação ocorrida em 2012, prorrogando o contrato por mais 15 anos.	A renegociação contratual ocorrida em 2007 resultou em um equilíbrio entre as receitas e os investimentos necessários	Em 10 de janeiro de 2007, para: (a) atribuir novas áreas a serem atendidas pelos serviços de concessão; (b) redefinir metas, (c) revisar os ajustes tarifários, e (d) redefinir a estrutura tarifária. Em 2012 prorrogando o contrato por mais 15 anos e instituindo a tarifa social.
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2004	472.709	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Terrenos, estruturas e construções são reversíveis. Demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual	Reforma do transbordo Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de aterro; construção de usina de compostagem e de centrais de triagem e renovação de frota de veículos a cada 5 anos	Pode ser renovado por igual período ou período menor a depender do Poder Concedente	A cada 5 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato.
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/ BA.	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo)	104.550	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Expansão do aterro sanitário (abertura de novas células) e renovação da frota de veículos a cada 5 anos	O contrato será estendido até a capacidade do aterro esgotar	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Houve aditivo entre as partes para cessão de direito de uso do biogás gerado no aterro por parte da contratante.
SBC-S.A	Valorização de Resíduos	Manejo e Gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo.	30 anos a partir de Junho de 2012.	170.166	Repactuação anual, ultrapassando os 12 meses para a apresentação da proposta fica definido o IPCA	100% dos itens necessários para execução do contrato.	Execução de todos os serviços de limpeza e gestão, bem como a implantação e operação do SPAR-URE-SBC	Podendo ser prorrogado por mais 5anos.	O Município descreve em inventário 4 imóveis como instrumentos garantidores do contrato.

* * *

Marcos Otávio Gondaline
 Contador
 CRC 1SP137002/O-4